



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Vila Rubi – R. Domingos Tarroso, 101

DATA: 01/04/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Como Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública de 2023, a primeira audiência sobre o PL 127/2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pelos canais da TV Câmara São Paulo no Youtube e no Facebook e pela TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 29 de março no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* e nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*.

Aos munícipes que quiserem se manifestar, as inscrições para pronunciamento podem ser feitas a partir deste momento na secretaria da comissão, à esquerda da Mesa.

Para esta audiência pública, foram convidados os seguintes representantes do Poder Executivo: José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Patrícia Saran, Coordenadora de Participação da revisão do PDE; Heliana Lombardi Artigiani, Coordenadora da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano - Planurb; Dawton Roberto Batista Gaia, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT; Paulo Eduardo Soares Junior, Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito; Luis Felipe Miyabara, Subprefeito da Vila Mariana; Cláudio Schefer Jimenez, Subprefeito da Capela do Socorro; Adinilson José de Almeida, Subprefeito do Ipiranga, e João Paulo Lo Prete, Subprefeito de M'Boi Mirim.

Agradeço a todos a presença e passo a palavra ao Vereador Arselino Tatto para as suas considerações iniciais.

O SR. ARSELINO TATTO – Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Rubinho Nunes, em nome de quem eu cumprimento a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e os Vereadores Sansão Pereira e Rodrigo Goulart, Relator do Plano Diretor.

Cumprimento também o Subprefeito da Capela do Socorro, Sr. Cláudio Schefer Jimenez, e os membros do Governo presentes. Agradeço a todos a presença.

Como parlamentares eleitos pelo povo, nós temos a responsabilidade de fazer com que o Plano Diretor Estratégico tenha uma tramitação democrática, transparente e com ampla participação popular nessas 24 audiências públicas marcadas. Juntamente com a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, eu apresentei a proposta de realização de 50 audiências públicas, já que o Plano Diretor é o projeto mais importante da cidade de São Paulo. No entanto, como aprovado pela maioria, nós vamos realizar as audiências em todos os locais que são possíveis, porque não será possível realizá-las em toda a Cidade. Serão inúmeras as reuniões temáticas realizadas na Câmara Municipal de São Paulo às terças e quintas-feiras e, aos sábados e domingos, nós vamos aonde for possível para debater o assunto.

O Plano Diretor é o que vai definir de que forma a Cidade vai crescer, porque não pode ser de uma forma desordenada e sim de maneira que atenda principalmente à população mais pobre e mais carente da Cidade. Distritos como Capela do Socorro e Parelheiros são os maiores em termos de extensão territorial e de número de habitantes e apresentam sérios problemas estruturais tanto na área do transporte como na de habitação, onde ocorrem muitas enchentes, resultado da aplicação de políticas incorretas ao longo dos anos. Por isso, nós temos a responsabilidade de ouvir todos vocês, que têm todo o direito de falar e apresentar seus problemas, reivindicações e visões.

Eu acho muito importante a presença de todos vocês aqui, às oito horas da manhã de um sábado, e que este debate se espalhe por toda a Cidade a fim de que votemos um texto que vai ao encontro das reivindicações da população.

Uma boa audiência pública a todos e um grande abraço.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes.

É um prazer estar aqui na zona Sul para debater o Plano Diretor, que é estratégico para a Cidade, porque é a forma como ela vai ser concebida, se privilegiando as grandes construtoras, o mercado imobiliário ou se privilegiando o povo mais pobre, da periferia. É isto o que nós vamos debater hoje: para que lado vai a construção da Cidade.

Por ser tão importante a revisão do Plano Revisor, eu e o Vereador Arselino Tatto propusemos, na Comissão de Política Urbana, um maior tempo para a realização deste debate, com mais audiências públicas e mais espaçadas a fim de que possamos ouvir a devolutiva do povo, refletir e efetuar a melhor revisão do Plano Diretor Estratégico. No entanto, a primeira avaliação dessa proposta entregue à Câmara Municipal de São Paulo é de que que isso afrouxaria a regulamentação do mercado imobiliário e aumentaria as isenções para as grandes construtoras, o que resultaria na diminuição dos fundos públicos para a construção de moradias populares, muito importantes. O dinheiro do Fundurb, de onde vem o dinheiro para a construção de moradia popular, não poder ser destinado a outras finalidades pois seu propósito principal é a construção de moradia popular para quem ganha de um a três salários mínimos, além da mobilidade urbana. No entanto, pela proposta oferecida, nós consideramos que vai haver uma diminuição desse fundo público, uma vez que vai haver mais isenção para as grandes construtoras.

Também notamos que essa proposta de Plano Diretor contém vários artigos que flexibilizam o direito à cidade, que é o direito não só de morar, mas de viver com qualidade. Na nossa opinião, há muita flexibilização das leis ambientais para a construção, mas não se pode construir a cidade sem considerarmos a preservação do meio ambiente, porque é isso que vai garantir solos mais permeáveis para absorção das águas das chuvas e, conseqüentemente, a ocorrência de menos alagamentos. Na verdade, o não cumprimento da legislação ambiental e a sua flexibilização fazem com que a cidade seja mais concretada, menos permeável e, portanto, mais suscetível à crise climática, a exemplo do que aconteceu no litoral Norte de São Paulo. A cidade não pode conter essas zonas de risco, áreas suscetíveis à crise climática. Esse debate é estratégico para o nosso povo.

Caso essa proposta permaneça, um exemplo de como que o mercado imobiliário vai ser favorecido são as vagas de garagem. Uma das diretrizes do Plano Diretor é adensar os eixos estruturais, locais próximos ao transporte público de massa, como linhas de metrô e trem. Porém, nesse perímetro, não pode haver a oferta de duas vagas de garagem nos apartamentos a serem construídos, a fim de estimular o uso do transporte público para quem mora perto dele. Por que uma pessoa que mora perto do metrô, por exemplo, precisaria de dois carros? É errado. Já que a pessoa tem dois carros, ela tem que morar longe. Não se pode privilegiar pessoas que têm carros em detrimento das que usam o transporte público, porque isso concorre para que a Cidade seja mais congestionada. O transporte público, portanto, precisa estar próximo ao eixo de construção, privilegiando as pessoas que dele fazem uso e que não têm automóveis.

Esse foi apenas um exemplo dentre vários que podem ser considerados na revisão do Plano Diretor, na qual eu espero que haja uma participação muito grande da população. Com o povo e para o povo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Silvia.

Registro e agradeço a presença à Vereadora Luana Alves.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Bom dia. Que Deus ilumine e abençoe todos.

Primeiramente, cumprimento os movimentos, entidades e associações de moradores de bairros das Subprefeituras da Capela do Socorro, de Cidade Ademar, do Campo Limpo, do Ipiranga, do Jabaquara, do M'Boi Mirim, de Parelheiros, de Santo Amaro e também de Vila Mariana. De acordo com a Prefeitura, pelos dados somados do último censo, a população da zona Sul tem mais de 3,5 milhões de habitantes.

Pelo que temos conhecimento - e o nosso Presidente daqui a pouco pode corrigir -, a princípio, realmente, seriam 23 audiências públicas, mas se tornaram 48. Vão ser 48 audiências públicas. Temos comissões específicas na Câmara Municipal como, por exemplo, a Comissão de Saúde, a Comissão de Transporte, a Comissão de Educação. Quando se fala do Plano

Diretor, fala-se do crescimento da cidade de uma forma geral. Não apenas a nível habitacional, mas em todos os sentidos porque influencia na educação, nas escolas, nos hospitais, no transporte. Enfim, então, todas essas Comissões estarão participando, cada uma delas fazendo cinco audiências públicas para que possam contribuir com informações. Elas também vão colher informações. Assim, como estamos aqui e como havia dito que a Vereadora Silvia, o objetivo é ouvir os senhores. Estamos aqui exatamente para ouvir a população para saber quais são as necessidades, os problemas, as dificuldades que vocês enfrentam para que possamos, então, colher essas informações e juntos fazer o melhor por esta região, por esta cidade juntamente com o Executivo, com o Prefeito Ricardo Nunes, com a Câmara Municipal.

Quero aproveitar e cumprimentar todos os representantes do Executivo. Quero cumprimentar os Subprefeitos presentes, todos os Vereadores e também todos os secretários.

Estamos aqui para ouvir e dar voz a cada um dos senhores. Então, muito obrigado. Tenho certeza de que estas audiências públicas vão contribuir muito para um Plano Diretor que traga mais dignidade para a cidade de São Paulo com mais saúde, mais educação e tudo aquilo que seja necessário para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos. Um bom dia e uma ótima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Até tomando gancho nas palavras do Vereador Sansão, na última semana, em reunião conjunta com as demais Comissões da Câmara - para que todos tenham conhecimento -, entendemos por bem aumentar para 48 audiências públicas. Serão 26 da Comissão de Política Urbana e mais cinco de cada Comissão Permanente, totalizando 48, com a finalidade de que haja o máximo de participação popular possível na elaboração deste Plano.

Passo a palavra a Vereadora Luana Alves para suas considerações.

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia a todas as pessoas presentes.

Queria agradecer a possibilidade de estar nesta audiência pública hoje. Sou a Vereadora Luana Alves. Originalmente, sou da Comissão de Saúde. Então, hoje, junto com os

meus Colegas da Comissão de Política Urbana, venho para fazer a primeira audiência do Plano Diretor Estratégico.

Queria agradecer a presença de cada pessoa, cada movimento social, cada associação de bairro, cada movimento de moradia, em especial, os amigos do FNL, Frente Nacional de Luta do Campo e da cidade.

Queria dizer que esta é apenas a primeira audiência de uma série de momentos e diálogos que vamos ter com a população. Gostaria de lembrar e acredito que a minha Colega de partido Vereadora Silvia falou isso, mas o Plano original da Prefeitura de São Paulo era de fazer menos de 30 audiências públicas numa cidade como São Paulo, uma cidade que é do tamanho de um país. A própria Zona Sul que tem mais três milhões de habitantes é do tamanho de um país. O que dirá a cidade de São Paulo?

Fico feliz que, pelo menos, a gente conseguiu aumentar o número de audiências públicas para quase 50, o que ainda é pouco, porque quando a gente fala de audiência pública, a gente está falando tanto da audiência regional, territorial – então, audiência zona Sul, audiência zona Leste, audiência zona Norte, Centro - quanto as temáticas. Então, audiência pública que vai discutir transporte, a audiência que vai discutir meio ambiente, a que vai discutir habitação social, a que vai discutir saúde, então, ainda é pouco.

Esse processo do Plano Diretor é um processo que tem que ser feito, na verdade, em conjunto com a população, principalmente com a população que sofre com as condições de vida da cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo, apesar de ser a cidade mais rica do país que tem um caixa de mais de 30 bilhões de reais, é a cidade que mais produz dinheiro, que mais produz impostos, ainda assim, a gente tem muito problema de habitação na cidade, principalmente nas periferias.

Vimos agora na virada do ano, de dezembro para cá, aliás, até ontem a gente sofreu isso, a gente está sofrendo muito a questão dos alagamentos, das enchentes. Estive conversando com alguns moradores da região que no dia de ontem quando teve aquela chuva imensa, não conseguiram sair do trabalho, não conseguiram ir a suas casas porque

simplesmente, Vereador Rubinho, não tinha como ir, porque por horas se teve praticamente uma piscina em grandes Avenidas, como foi o caso da Teotônio, como foi o caso da própria Belmira em que as pessoas não tiveram possibilidade de conseguir se mover.

Então, apesar de ser a cidade mais rica do país, não tem investimento, em especial, nas periferias. Isso tem que ser discutidos no Plano Diretor, porque as periferias têm que ter prioridade.

Queria chamar atenção do seguinte: a gente tem uma série de ocupações de moradia na cidade de São Paulo. Isso acontece porque, apesar de a gente viver na cidade mais rica do país, é muito caro morar nesta cidade. As pessoas que recebem um salário mínimo, por exemplo que é de 1.300 reais, mesmo que seja um casal, mesmo que sejam duas pessoas, é muito difícil pagar um aluguel que, pelo menos, vai ser de 700, 800 reais. Estou jogando o valor para baixo, mesmo aqui na zona Sul.

Morei por um tempo no Jardim Reimberg, perto da Garcia. Quem conhece o Jardim Reimberg? Perfeito. Ali, quanto é o valor mínimo de um aluguel? Eu sei porque eu já morei ali. Para uma pessoa que ganha um salário mínimo, não tem condição de você morar com qualidade nesta cidade porque os preços estão lá em cima, a inflação está lá em cima. Então, a ocupação de moradia é uma necessidade porque as pessoas têm que ter um teto, as pessoas têm que morar, têm que ter um pedaço de chão.

Então, queria fazer um pedido agora para que a Prefeitura e esta Comissão dessem em todo este processo do Plano Diretor especial atenção com as ocupações de moradia, uma especial atenção com as liderança das ocupações de moradia, uma especial atenção para a gente conseguir pensar alternativas para que, por exemplo, uma área que está ocupada que, às vezes, não está lá como uma Zona de Habitação de Interesse Social seja classificada como ZEIS; e uma ocupação que está consolidada, às vezes, que não está - digamos – no zoneamento correto, que a gente consiga ter diálogo, compreensão, disponibilidade para que, se necessário, mudar esse zoneamento. Estou falando, por exemplo, da ocupação Carlos Marighella ali próximo

de Parelheiros. Ali é um zoneamento que pode facilmente ser colocado como ZEIS para facilitar a habitação daquele local.

Então, queria pedir essa compreensão. Acho que vamos fazer um processo interessante, democrático. Eu acho que vai ser muito importante que mais audiência sejam feitas na zona Sul. Queria fazer esse pedido porque a zona Sul é muito grande. Parelheiros e Vila Mariana são dois mundos. Santo Amaro e Veleiros são dois mundos. A zona Sul é gigantesca. M'Boi Mirim é diferente do Grajaú que é diferente do Capão. Então, a gente tem que ter bastante atenção com cada lugar.

Estou vendo gente falando do corredor de ônibus da Sabará, gente de ocupação de moradia de Parelheiros, gente que faz a luta no Grajaú. Então, a zona Sul é diversa. É importante a gente fazer audiências pensando na especificidade de cada região da zona Sul, que é um mundo à parte.

É isso. Muito obrigada, Presidente. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigada, Vereadora Luana.

Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart que também é o relator do Plano Diretor Estratégico na Comissão de Política Urbana.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença e a participação de cada uma das senhoras e dos senhores que estão aqui em um sábado de manhã, 8h.

A gente sabe que não é fácil o deslocamento até aqui também na zona Sul. Como disse a Vereadora Luana, é muito grande, mas é muito importante a participação de cada um de vocês.

Agradeço e cumprimento toda a Mesa em nome do Vereador Rubinho, Presidente da Comissão, e em nome da Vereadora Sílvia e da Vereadora Luana sintam-se todos cumprimentados.

Agradeço também a confiança do Presidente pela minha indicação como relator deste projeto. Tenham certeza de que esta primeira audiência pública regional não foi por acaso.

O Vereador da zona Sul, Prefeito da zona Sul, muitos dos Vereadores aqui também têm um trabalho importante na região. É uma das regiões mais adensadas da cidade. Então, é muito importante que possamos levar essa discussão para as mais diversas regiões.

Vou falar um pouco do conceito dessa legislação. Na Lei Federal que trata sobre o Estatuto da Cidade, no seu Artigo 41, a Lei de 2001, obriga que os municípios com mais de 20 mil habitantes localizados nas regiões metropolitanas do país desenvolvam seu Plano Diretor próprio.

O primeiro Plano Diretor da cidade de São Paulo é de 2002. Depois, tivemos o último, que é o vigente, em 2014. Nessa legislação de 2014 já havia uma previsão - é uma legislação que tem a sua validade por 15 anos - para que em 2021 houvesse uma revisão intermediária e essa revisão intermediária foi na verdade adiada por diversos motivos, mas principalmente devido à pandemia.

Essa é uma revisão na qual não estão sendo revistos os conceitos básicos do PDE. O Plano Diretor atual foi baseado no desenvolvimento e crescimento sustentável da cidade com foco na redução dos impactos ambientais, contenção da expansão da margem urbana, acesso à moradia digna, implantação de políticas fundiárias, adensamento de regiões com infraestrutura de transporte de alta e média capacidade e a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Todas as políticas que citei agora têm projetos urbanos para serem implementados em médio ou longo prazo, por isso até essa validade de 15 anos dessa legislação e por isso que entendemos que a revisão desses aspectos merece e precisam ser revistos no Plano Diretor vigente e deve ser feito com muita rapidez e com o máximo de participação dos cidadãos.

Aliás, já cumprimentar e parabenizar o José Armênio, em nome do Executivo, em nome do Prefeito Ricardo Nunes, que essa participação já está e tem sido garantida e registrada desde a consulta pública realizada pelo Executivo, que foi feita toda essa consulta para aí, então, o Prefeito Ricardo Nunes ter apresentado esta minuta da revisão intermediária do Plano Diretor. E, a partir de agora, nós, na Câmara, todos os Vereadores aqui presentes como todos os 55, nós estamos obedecendo a um cronograma que foi apresentado pelo Presidente, pelo Relator,

pelo Presidente da Casa também, de 23 audiências públicas... Apresentado e aprovado na Comissão de Política Urbana. Então, serão 23 audiências públicas entre regionais. Nós teremos 3 regionais Sul, Sul 1, Sul 2 e Sul 3; 2 na Leste; teremos zona Oeste, zona Norte e Centro da Cidade. Então, por todas as regiões da Cidade, nós levaremos essa discussão e essa participação através das audiências públicas. Além das temáticas, teremos também as gerais, que acontecerão no prédio e no plenário da Câmara.

E, além disso, nós definimos aqui, entre a Comissão e abrimos oportunidade da participação, como bem disse o Vereador Sansão, das demais Comissões da Casa. Então, Justiça, Finanças, Trânsito e Transporte, Educação e Saúde também terão as suas audiências públicas e, aí, ficará a critério de cada uma das Comissões fazer regional, na Câmara. Então, totalmente a critério e sem nenhuma intervenção na decisão dos locais por nossa Comissão. E serão reuniões conjuntas das Comissões. Então, além da Política Urbana, cada uma dessas Comissões temáticas também da Câmara.

Importante também que serão registradas todas as propostas e contribuições através de um formulário, que pode ser preenchido a qualquer tempo, pelo *hotsite* existente no portal da Câmara, que, inclusive, começa a funcionar a partir de agora. A partir do início desta audiência pública o *hotsite* da Câmara, para receber as contribuições. Então, não precisarão ir até a uma audiência pública, ir até à Câmara ou participar de alguma outra forma diretamente através de um dos gabinetes dos Vereadores. Lógico, todas essas contribuições serão avaliadas, mas também o munícipe terá a oportunidade ou na Casa ou através do celular fazer as suas contribuições pelo *hotsite* da Câmara. Além disso, tem as subprefeituras. Então, em cada uma das 32 subprefeituras nós também teremos um acesso, e já fica a incumbência, aqui, para os subprefeitos, mas eles já estão sabendo. Nós combinamos com o Secretário de Subprefeituras que, a partir de segunda-feira, em cada uma das 32 subprefeituras, teremos um acesso a um computador com acesso a esse *hotsite* da Câmara para que em cada uma das praças de atendimento ou Descomplica o munícipe possa fazer a sua contribuição.

Temos uma equipe, aqui, de consultores técnicos de Urbanismo, tanto da Câmara – cada um dos gabinetes – e também das Secretarias, que farão comigo, o Relator, a análise das propostas, de modo a construir uma proposta que espelhe a vontade de cada um dos cidadãos. Então, nos parece que teremos muita participação da sociedade, assim como podemos ver aqui, em um sábado de manhã, todo um auditório praticamente lotado do CEU Vila Rubi. Agradeço também a toda a equipe do CEU Vila Rubi, na pessoa da gestora Patrícia. Enfim, a participação da sociedade, na construção da melhor proposta, está garantida.

Então, contamos com a colaboração de cada um de vocês. Muito obrigado. Um grande abraço e espero participar aqui até o final. E vamos seguir neste trabalho.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos. Realmente, uma grande participação popular nesta manhã de sábado. Fico bastante feliz com a participação, porque, afinal de contas, o nosso grande objetivo aqui é justamente ouvir a população, os anseios e as preocupações de cada um de vocês, especialmente na região, para que a gente possa, como dito, fazer um Plano Diretor que atenda as demandas da Cidade, que trabalhe o crescimento de forma ordenada, e que, principalmente, dê segurança e estabilidade para os moradores de São Paulo. Muito obrigado a cada um de vocês.

Para que fique claro o cronograma do nosso trabalho, agora vamos passar às explanações dos representantes do Poder Executivo para que façam as suas apresentações a respeito do Plano Diretor e, na sequência, abriremos a palavra para que os inscritos possam efetivamente as suas explanações, que são, como dito, a nossa grande preocupação neste dia.

Passemos à pauta da primeira audiência: PL 127/2023. Regional zona Sul 1.

Dando continuidade, passo a palavra ao Sr. Claudio Schefer Jimenez, Subprefeito da Capela do Socorro.

O SR. CLAUDIO SCHEFER JIMENEZ – Bom dia.

Começo cumprimentando a Vereadora Luana Alves, o Vereador Arselino Tatto, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Eu tenho uma feminista em casa, viu, de um ano e meio.

Agradeço ao Vereador Sansão; ao Presidente Rubinho Nunes e ao nosso Vereador Rodrigo Goulart.

Quero falar também aqui em nome dos subprefeitos, que são os que estão na ponta da linha; os que recebem os senhores; os que, na verdade, conhecem os problemas de suas regiões. A Vereadora Luana falou muito bem: cada região tem as suas peculiaridades. Eu conheço bem Santo Amaro. Santo Amaro, hoje, tem 39 quilômetros quadrados. Tem um perfil totalmente diferente da Capela do Socorro. A Capela do Socorro tem 134 quilômetros quadrados. Trinta por cento da água que nós consumimos no Município de São Paulo sai daqui, dos nossos mananciais.

Nós temos inúmeros problemas, que são diferentes dos existentes em outras subprefeituras. Problemas em relação aos córregos, em relação à poda de árvores e em relação à zeladoria em geral. Garanto que as subprefeituras dos meus colegas têm outros problemas. Então, é muito importante a participação de vocês em todos os sentidos, porque o Prefeito Ricardo Nunes e o time dele, aqui representado pelo José Armênio, eles precisam ouvir vocês, a fim de saberem o destino dos próximos anos. Pelo menos, o Plano Diretor, pela lei municipal, se extingue em 2030. Então, até lá haverá várias discussões e temos de ouvir todos vocês para equacionarmos o que precisamos aqui, no Capela, e o que os subprefeitos precisam nas outras regiões, de acordo com a necessidade de vocês. Porque, se existe o Plano Diretor, ele existe com a finalidade de ouvir vocês. Esta é a ideia do Plano Diretor: o Plano de Diretrizes Estratégicas do Município de São Paulo.

Eu não vou me alongar mais, porque os Vereadores já falaram tudo o que tinha de ser dito até agora. Mas eu quero ratificar uma posição: sem a comunidade, nós não vamos melhorar as condições da população. Só quem sabe o que vocês sofrem são vocês. Só quem vivencia o que acontece em Capela do Socorro, por exemplo, são vocês. Só quem sofre em função das enchentes que têm ocorrido aqui, pelo excesso de chuva e por outros motivos mais,

são vocês. Só quem necessita de mais educação, saúde, UBS, mais CEUs, são vocês. O Prefeito, como é da zona Sul e conhece muito da zona Sul, tem feito muito para o lado de cá, mas ele quer fazer mais. E, para fazer mais, precisa ouvir vocês.

Então, eu parabenizo aqui os membros de associações de Consegs e da população, dos representantes da sociedade civil que estão hoje presentes. Lotaram o auditório, como muito bem falou o Vereador Rodrigo. Em pleno sábado, lotaram o auditório em busca de soluções para a nossa sociedade, para a nossa comunidade e em auxílio a todos eles – ao Prefeito e aos nossos subprefeitos também -, para que possamos, no próximo ano, apresentar um novo Plano Diretor. Porém, já com tudo direcionado para onde tem de ir, das nossas necessidades, das peculiaridades de cada região.

Tenham um bom dia, uma boa audiência pública. Um abraço a todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Subprefeito.

Passo a palavra ao Sr. José Armênio, Secretário Adjunto.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – Bom dia a todos.

Eu sou Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Eu quero agradecer muito o Vereador Rubinho, Presidente da Comissão de Política Urbana, o convite para apresentar o trabalho que desenvolvemos para a revisão do Plano Diretor, que foi aprovado em 2014. E, na pessoa do Vereador Rubinho, cumprimento todos os Vereadores.

É importante dizer que essa direção, a diretriz dada pelo Prefeito Ricardo Nunes, na revisão do Plano Diretor vem no sentido de tentar afirmar as diretrizes que o Plano Diretor de 2014 havia dado, que eram justamente a da aproximação da habitação com emprego; da geração de um desenvolvimento sustentável na Cidade. E isso se configura na abordagem de temas como mobilidade, principalmente como habitação com mobilidade, como meio ambiente e como cada instrumento legal – que estava determinado no Plano Diretor – estava contribuindo ou não para essa diretriz de uma cidade mais justa e mais sustentável. Esta foi a diretriz que o

Prefeito Ricardo Nunes deu para nós, técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, para o desenvolvimento da revisão do Plano Diretor neste momento.

Como foi dito, o Plano Diretor de 2014 vive até 2029. E a partir de 21, 22 e 23 foi esse processo, que teve a pandemia no meio, de revisão intermediária do Plano Diretor. Também por orientação do Prefeito Ricardo Nunes e coordenado pelo Secretário Marcos Gadelha, na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, esse processo deveria ser feito da maneira mais aberta e da maneira mais democrática possível. Por isso, nós fizemos já, pelo Executivo, um processo, coordenado pelo Conselho Municipal de Política Urbana, que conseguiu abranger os diversos conselhos participativos que a Prefeitura tem, que o Executivo já tem. Reunimos as contribuições em todas as audiências públicas que fizemos – foram mais de dezenas. Fizemos oficinas em todas as 32 subprefeituras no sentido de ouvirmos qual seria a contribuição para essa revisão.

Essa revisão teve, então, um método. Como é que nós tecnicamente estruturamos essa revisão? Partimos do que cada um de vocês faria de forma semelhante, fizemos um monitoramento. Ou seja, o que estava acontecendo? A Lei aprovada, em 2014, como funcionou? O que estava previsto em habitação funcionou? O que estava previsto em mobilidade funcionou?

E temos elementos, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento consegue buscar lá no licenciamento todos os dados de como aconteceu e onde aconteceu e quando aconteceu. Quantos projetos de habitação social foram feitos em tal região. A premissa de reunir habitação nos eixos de mobilidade foi cumprida ou não. Fomos atrás disso, esse é um processo quase científico, você vê o que está acontecendo, é concreto, é real. Quantos projetos foram aprovados aqui, quantos projetos foram aprovados ali e se a premissa de aproximação do emprego com a moradia está funcionando. Foi isso que fizemos, partimos do monitoramento.

E a partir do monitoramento fizemos o diagnóstico. Ou seja, o que estava acontecendo do jeito bom e o que não estava acontecendo. E a partir do diagnóstico passamos para uma etapa sempre ouvindo todas essas etapas, foram participativas, não foi de gabinete fechado. Tudo isso foi audiência, foi reunião dos diversos conselhos e dentro de um momento

difícil, que era o momento da pandemia, muita coisa *on-line*. Depois, quando começou a abrir mais, começamos a fazer participações e reuniões presenciais.

Então, a partir do monitoramento fizemos o diagnóstico. Depois do diagnóstico o que se faz? Começa a propor o que vai melhorar, o que pode melhorar, porque estamos fazendo uma revisão do Plano Diretor Estratégico. Não estamos fazendo um Plano novo, estamos fazendo a revisão do Plano Diretor Estratégico. E isso tem diretrizes legais, o Art. 4º do Plano Diretor Estratégico vigente orienta essa revisão. E orienta os limites de onde isso pode acontecer, justamente na verificação, se os instrumentos, as ferramentas deste Plano Diretor estão funcionando bem, para cumprir os objetivos estratégicos que o Plano Diretor deu.

A partir da proposição, passamos para a terceira fase, que é a fase da estruturação da minuta do projeto de lei, que também foi discutida abertamente com a participação. Então, estou passando rapidamente o que foi o processo de um ano, coordenado pela SMUL, pela Secretaria Municipal. O Prefeito teve uma participação e eu posso testemunhar isso no acompanhamento de cada artigo que estávamos mexendo. Até, enquanto arquiteto, me surpreendi nessa disposição do Prefeito de se aproximar de cada proposição que poderia estar sendo estruturada naquele momento.

E assim foi feito, a partir da participação social democrática, a partir da estruturação técnica que saiu desse monitoramento e na redação da minuta que enviamos para a Câmara. E estamos aqui nesta primeira audiência, quis muito participar, agradeço de novo o convite dos Vereadores, para que tivéssemos essa oportunidade de apresentação.

Vamos apresentar rapidamente a minuta, que é uma apresentação mais longa, mas talvez seja um pouco cansativa e muito técnica para vocês, mas vamos apresentar o que o Executivo enviou para a Câmara em duas abordagens. A primeira, vamos abordar e vamos contar mais detalhadamente o que foi esse processo participativo, que foi estruturado já há um ano em audiências, em oficinas, em reuniões de conselhos, reuniões com outras secretarias. Por quê? Precisávamos ouvir o que a Sehab estava falando de habitação na cidade de São Paulo, para ver o que isso poderia influenciar na proposição da revisão do Plano Diretor.

Então, nessa primeira etapa vamos mostrar como foi o processo participativo. E depois, efetivamente e tecnicamente onde estamos mexendo, onde estamos propondo mexer, cada item. Como está funcionando o HIS, como estão funcionando as ZEIS. E é importante dizer o seguinte, estamos discutindo a revisão do Plano Diretor, não estamos discutindo revisão de zoneamento. Isso foi, inclusive, orientado pela participação social, porque cada coisa tem o seu lugar, cada coisa tem um momento. O momento é para discutir as diretrizes, pode chegar o momento em que vamos discutir o zoneamento, que vamos discutir se essa quadra está para cá, se está para lá, tal, é um outro momento. O momento agora é o de revisão das diretrizes do Plano Diretor e da estruturação desses instrumentos.

Vim para cá, como Secretário, com a Heliana, que é a Coordenadora, ela dirige a Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria, a Planurb. E também com a Patrícia Saran, que coordena a nossa Divisão de Participação Social lá na Secretaria. A Heliana vai expor essas duas fases do processo participativo e do processo técnico. Por favor, Heliana.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A Sra. Heliana Artigiani é Coordenadora da Planurb. Obrigado pela presença.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Bom dia.

Já fui apresentada, obrigada pelo convite, pela oportunidade de estar aqui falando com essa plateia tão grande e tão bonita. Preparamos uma apresentação mostrando um pouco do que foi esse processo de revisão intermediária do Plano Diretor. E como o Secretário já informou, vamos passar os principais pontos de revisão, principalmente para dar a chance de a população poder se manifestar também.

A apresentação técnica é bastante cansativa e muitas vezes entramos em detalhes, porque quando somos técnicos gostamos e achamos que todos gostem daquele assunto também. Então, vamos dar as informações para que vocês consigam também contribuir.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Vou seguindo o meu roteiro, pode passar, por favor. Temos uma pequena introdução para mostrar como foi esse processo de revisão, como se deu início, a linha do tempo, todas as atividades que fizemos nesse período. Os resultados do processo participativo com uma visão da análise técnica realizada por Planurb, como o Secretário mencionou.

Temos várias equipes. Temos a equipe do processo participativo, que está organizando todos os eventos que aconteceram. E recebemos essas contribuições do processo participativo e analisamos. Então, essa é uma visão de quem analisou o processo participativo e o projeto de lei que já está disponibilizado, completo, está no *site* tanto da Prefeitura, quanto no *site* da Câmara, e vou trazer os principais assuntos, os assuntos de mais fácil discussão.

Por favor, pode passar. Então, a revisão intermediária do Plano Diretor visou o aprimoramento com a realização de ajustes e dispositivos para que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029.

O nosso Plano Diretor, aprovado em 2014, é uma Lei bastante grande, complexa, mas também é uma Lei, vamos dizer, boa, tem bastante conteúdo. Além disso, trouxe duas inovações – gosto de dizer que são inovações -, essa previsão de revisão, todo o Plano Diretor vem com um período definido no Estatuto da Cidade de 10 anos de vigência. Esse nosso Plano Diretor tem uma vigência maior, de 15 anos, mas que já teve essa previsão de uma revisão intermediária calculada para o ano de 2021. Como já foi dito, estávamos no meio da pandemia e conseguimos ampliar esse prazo até agora, principalmente para poder fazer o processo participativo.

Então, nesta previsão de revisão o interessante é que fizéssemos a revisão na Lei, mas que não mudássemos aquilo que ela tinha de objetivo e diretriz. Então, a revisão é para que isso seja alcançado, não para mudar esses rumos, o rumo que o Plano Diretor traçou para a Cidade, em 2014. Fizemos de forma participativa em três etapas sucessivas, possibilitando o necessário aprofundamento das análises técnicas para elaboração da proposta do projeto de lei que estamos apresentando para vocês hoje.

Aqui é nossa linha do tempo. Então, uma outra inovação que o Plano Diretor trouxe é a previsão do monitoramento. As leis, de modo geral, não têm essa previsão de monitorar aquilo que está sendo aplicado. Então, também é competência de Planurb verificar o que está sendo feito e como está sendo feito aquilo que foi previsto no Plano Diretor, lá de 2014. Então, esse material que temos estudado e trabalhado todos esses anos, desde a aprovação da Lei, foi o subsídio para conseguirmos fazer a nossa revisão agora.

Então, apresentamos o monitoramento para conselhos da sociedade civil, compostos pela sociedade civil e pela municipalidade. A partir das contribuições que recebemos, das discussões que fizemos nesses conselhos elaboramos um diagnóstico, produzimos também esse relatório. E aí, com esse diagnóstico, levamos para a população através dos canais de participação, para conseguir entender também quais eram os problemas que a população enxergava da Cidade, principalmente em relação ao que o Plano Diretor havia definido.

Então, os canais de participação foram as oficinas, o *site* Participe Mais e as audiências e reuniões que fizemos, algumas delas *on-line*, pois ainda estava com alguma restrição; e quando possível fizemos presenciais.

A partir disso, produzimos um documento, que é o relatório do escopo da revisão, que abrangia todos os problemas que encontramos, que a população identificou e verificou dentro daquilo que estava definido no art. 4º da lei, que era atender e cumprir o objetivo e as diretrizes até 2029 dentro do que podíamos mexer. Assim, nós transformamos todo esse estudo no relatório do escopo da revisão.

Em seguida, nós iniciamos o processo participativo, a etapa 2, também com os canais de participação: Participe Mais, formulário *on-line*, formulários físicos, reuniões com os conselhos, a agenda indígena e seminário presencial. As reuniões com a agenda indígena, o seminário, foram presenciais e algumas outras reuniões também.

É importante destacar que nós tivemos um processo de suspensão entre a etapa 1 e a etapa 2 para poder produzir documentos acessíveis. Então, a acessibilidade comunicacional precisou ser verificada em todos os documentos que nós estávamos produzindo; inclusive, nas

audiências, esse serviço também teria de ser acessível. Nós transformamos todos esses documentos, então, que hoje estão disponibilizados nas plataformas, de forma acessível.

Produzimos relatórios e, a partir de todos aqueles itens do escopo que foram verificados como problemas, nós estudamos todos eles, ouvimos a população de novo e fizemos os relatórios mais detalhadamente, tema por tema; e fizemos uma proposta de minuta de lei, que também passou pelo processo participativo com os mesmos canais de comunicação: Participe Mais, formulário *on-line*, formulários físicos e reuniões com os conselhos.

Com todo esse apanhado, de novo sistematizando essas contribuições, hoje nós temos um projeto de lei que nós vamos apresentar a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Só mencionar, o número de contribuições que recebemos nessa etapa final e que foi devidamente planilhado foram mais de 2.500 contribuições. Cada uma delas foi analisada e respondida pelo *site*. Então, essa construção que originou a proposta enviada a esta Casa já ouviu a população, essa sistematização já foi feita. Ou seja, isso tudo está exposto no *site* do Plano Diretor que criamos na Secretaria, que já está disponível a todos.

A SRA. HELIANA LOMBARDI ARTIGIANI – Esses slides apresentam isso e, na verdade, tem um pouquinho mais do que o senhor falou. São 4.388 contribuições. Essas 2.259 foram só do formulário *on-line* e essas contribuições têm a visão de quem fez a análise técnica. Nós tivemos muito mais contribuições, acessos e interação com a população dentro de todos esses canais de participação, mas essas são as que realmente nós conseguimos sistematizar e trazer como contribuição válida para o processo de revisão.

Então, falando especificamente da última etapa, a etapa 3 do processo participativo foi composta por 19 atividades participativas, compreendendo uma consulta pública em meio eletrônico, o Participe Mais, e os formulários *on-line*, três audiências públicas presenciais e virtuais e debates com 16 conselhos participativos municipais, totalizando 4.388 contribuições sistematizadas e analisadas.

Na última etapa, nós disponibilizamos a minuta do projeto de lei, que estava em formato de artigos e já com a proposta do texto. Então, olhando para aquilo que veio do processo participativo, temos o art. 15, que são áreas não computáveis nos eixos, uma questão que ajustamos em relação às vagas; cota de solidariedade, alteração nos fatores sociais Fs e Fp, que são fatores que incidem na cobrança de outorga onerosa do direito de construir na cidade de São Paulo; composição do CPMU; majoração do coeficiente de aproveitamento máximo para as ZEIS nos eixos, que é uma proposta também nossa e que recebeu bastante contribuição; instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana; Plano Municipal de Rotas Acessíveis e Conselho Gestor de ZEIS. Esses são os artigos que mais receberam contribuições, sendo algumas contrárias, outras a favor e outras para complementar.

Essas são as contribuições que vão além dos artigos, ou seja, aquelas que são para o tema específico. Temos 10 subtemas com mais contribuições, incluindo as questões de áreas verdes, as áreas dos eixos de estruturação e transformação urbana, da participação social, dos instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana e outros. Então, esses são os gráficos e o que mais recebeu contribuição foi o que chamamos de Quadro 7, onde ficam as áreas verdes da Cidade. O segundo é o eixo de estruturação e transformação urbana.

Esse foi todo o trabalho de processo participativo em um ano e que culminou no projeto de lei, que é resultado das contribuições da população no processo participativo e na avaliação técnica e jurídica das equipes de SMUL, em interlocução com os demais setores da Administração Pública.

Hoje o Plano Diretor tem 393 artigos e a nossa proposta era fazer ajustes pontuais para que esse Plano Diretor fosse mais efetivo, então nós mexemos em 75 artigos, divididos em 12 capítulos.

Como o Secretário mencionou, todos os documentos e o passo a passo está no nosso *site* Plano Diretor SP, onde tem não só os relatórios técnicos, mas todas as contribuições da população no processo participativo.

Esse é um gráfico com todos os assuntos do Plano Diretor vigente, com os conceitos, princípios e objetivos; tem o título 2, de ordenação territorial; o título 3, da política e dos sistemas urbanos e ambientais; o título 4, da gestão democrática e sistema municipal de planejamento; e o 5, das disposições transitórias.

Esse gráfico serve para mostrar para vocês onde nós mexemos. Eu vou explicar ponto a ponto, assim fica mais fácil para vocês identificarem. Esses foram os assuntos que nós mexemos em cada um desses títulos. No primeiro título, nós mexemos em mudanças climáticas; mas eu vou começar falando do título 2, que trata de um assunto bastante importante: as ZEIS, onde propõe o estabelecimento de competência ao Executivo de regulamentar o funcionamento dos Conselhos Gestores de ZEIS.

Essa foi uma demanda bastante grande que nós recebemos no conselho participativo e que está colocada no Plano Diretor: o incentivo à implantação de empreendimentos de ZEIS, que são as Zonas Especiais de Interesse Social, onde está definido dentro do Plano Diretor qual é a parte do território que está disponibilizada para a produção de moradia de interesse social. Então, aqui nós incentivamos a implantação de ZEIS em porções localizadas em quadras integralmente contidas nas áreas alcançadas pelos critérios definidos das áreas de influência dos eixos e de estruturação urbana ativados.

O eixo de estruturação urbana também é uma proposta que veio do Plano Diretor de 2014, que é o adensamento da Cidade, ou melhor, trazer incentivos para que seja construída mais moradia perto dos eixos de transporte público. Então, toda vez que eu falar de eixo, são essas áreas dos territórios que estão próximos dos corredores de ônibus e das estações de metrô e trem. E o que estamos propondo aqui em ZEIS é que possam construir os empreendimentos de HIS nessas áreas próximas ao Metrô, ou ao transporte.

Estamos permitindo, com isso, que se construa 50% a mais desse coeficiente de aproveitamento nessas áreas que, antes, não estavam definidas dessa forma.

É importante lembrar que HIS é Habitação de Interesse Social; e ZEIS é a Zona Especial de Interesse Social. ZEIS é a zona, onde se pode construir. O HIS é o produto, o empreendimento, o prédio destinado para esse uso.

No HIS, nós propomos o aperfeiçoamento da caracterização das tipologias de Habitação de Interesse Social – HIS; e a Habitação de Mercado Popular – HMP – em função da renda familiar e em função da renda *per capita*, estabelecendo obrigações do promotor privado de HIS e HMP, aquele que produz a habitação, como modo de aprimorar o controle da destinação.

Então, nós colocamos no Plano Diretor, além dessa possibilidade da família com renda de até três salários-mínimos, no HIS-1, e de até seis salários-mínimos, no HIS-2, conforme já definido no Plano Diretor; também a possibilidade de a família, mesmo que tenha um salário maior que esse, mas que tenha mais gente morando dentro da mesma casa, possa também fazer uso dos benefícios de uma moradia de HIS-1, ou HIS-2, onde quer que ela se enquadre. Isso é para abranger uma população maior nesse programa. E aprimorar o controle: fazer com que essas moradias produzidas cheguem exatamente para quem precisa.

Zepec é Zona Especial de Preservação Cultural.

Então, inclusão entre os objetivos da (ininteligível): o da proteção específica pra áreas indígenas demarcadas, bem como lugares históricos e culturais da população negra, em prol do reconhecimento e preservação do respectivo modo de vida e patrimônio cultural.

Isso também foi bastante trazido pelo processo participativo; e nós, com a nossa proposta, estamos querendo dar ênfase a que isso seja preservado.

Os Eixos de Estruturação Urbana, como eu falei para vocês: onde é possível construir mais na cidade, principalmente porque está próximo ao transporte público. Então, nós propusemos orientações sobre ajustes necessários em função das adequações de implantação em relação à demarcação original.

Na verdade, por ter sido estabelecido, em 2014, por aquele planejamento tanto urbano quanto do transporte, houve algumas alterações no planejamento, e foi isso que nós

propusemos – como fazer esse ajuste à medida que isso muda em virtude na necessidade prevista na hora de implantar o projeto. Isso é uma das coisas – trouxemos outras.

Em relação à vaga de garagem, nós percebemos que a produção imobiliária na cidade de São Paulo estava trazendo muita unidade pequena, principalmente para poder alcançar o número de vagas de garagem necessário.

A vaga de garagem é gratuita, é um benefício; a lei fala que tem que ter uma vaga de garagem para cada apartamento. Então, se eu fizer um apartamento pequenininho, eu vou ter essa área de garagem e vou ter um monte de vagas com um monte de apartamentos pequenos. Era isso que estávamos vendo, essa produção. Foi trazido também pelo processo participativo. E o que fizemos foi delimitar: para ter uma vaga gratuita é preciso construir um apartamento de, pelo menos, 30 m² de área computável, que é aquela em que minimamente cabe uma família com três pessoas. Se você quiser fazer um apartamento menor, é possível; se quiser ter vaga de garagem com esse apartamento menor, também é possível, contanto que seja paga a vaga de garagem, e não seja mais gratuita.

Essas são as questões mais relevantes do eixo.

Instrumentos de política urbana e gestão: inclusão dos conceitos de Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, na orientação da sua utilização para efetivação dos princípios e objetivos do Plano Diretor Estratégico – o primeiro item.

Instrumentos indutores da função social da propriedade: trouxemos também algumas inovações, principalmente porque percebemos que ele é um instrumento que funciona, à medida que você notifica e encaminha esse móvel notificado para o IPTU progressivo, se ele não está “dando” uso; mas, na hora de obrigar que seja dado uso a esse imóvel, estava havendo uma dificuldade, não estava bem definido, principalmente porque tínhamos que fazer isso através de desapropriação com títulos da dívida pública emitidos pelo Governo Federal.

Então, em virtude dessa complicação, foi proposta a desapropriação por hasta pública, que é um leilão; e algumas regulações, principalmente para poder aplicar em uma maior

área da cidade e também para resolver algumas incongruências que existiam quando foi aprovada a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O consórcio imobiliário também é um instrumento de função social da propriedade que vem nesse intuito de promover o adequado uso do imóvel. Mas percebemos que havia alguns probleminhas no texto da lei. E hoje, com a nossa proposta, pode ficar mais fácil a sua regulamentação e aplicação.

A cota de solidariedade é um instrumento trazido no Plano Diretor de 2014 que obriga que aqueles empreendimentos muito grandes, maiores de 20 mil metros quadrados de área construída, destinem alguma contrapartida – para o Fundurb, ou uma contrapartida para produzir habitação de interesse social. Então, colocamos assim: o que antes era 10 para destinação para o Fundurb estamos aumentando para 20, para ter ou maior arrecadação ou estimular que o empreendedor construa moradia, em vez de somente disponibilizar o recurso. Isso porque imaginamos que, mesmo que o recurso for o mesmo, se ele produzir e entregar a unidade pronta, é muito mais rápido para o município destinar do que pegar o recurso, disponibilizar, construir e tudo o mais. É nesse sentido.

Outorga onerosa é esse valor a ser pago para construir acima do limite básico definido na cidade. Também definimos alguns ajustes, principalmente, em relação à atualização do quadro. E alguns probleminhas que tínhamos percebido na lei, mas que são mais operacionais do que pela política urbana mesmo.

Transferência do Direito de Construir é um instrumento que eu não sei se muita gente já ouviu falar dele.

Como temos esse instrumento de outorga onerosa, que é o que o empreendedor paga para construir prédio mais alto na cidade de São Paulo, que é aquilo que a habitação de interesse social não paga, existe esse instrumento, que é a Transferência do Direito de Construir. O imóvel que está impedido de ser construído por conta da legislação, como, por exemplo, uma Zepam, que é um parque – parque não pode ter construção –, então ele pode ter essa

transferência daquilo que ele tinha de direito para outro terreno. E aí, sim, não vai precisar pagar outorga onerosa naquilo que ele tem para transferir. E também fizemos uns ajustes na TDC.

O TDC é utilizado, principalmente, em parques, em Zepam, aquilo que está definido no Quadro 7; e para aqueles imóveis tombados. É bastante específico. E fizemos também alguns ajustes, porque percebemos que havia problemas.

Sobre os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, é muito técnico; fala do Reordenamento Urbanístico Integrado – RUI. É uma sopa de letrinhas nossas. E nós aprimoramos esse conceito dentro do *Plano Diretor*.

E também a conceituação dos Planos de Intervenção Urbana, ou Projeto de Intervenção Urbana, como é o original, que são os PIUs. Isso também é trazido.

Em relação às Operações Urbanas Consorciadas, dentro dessas áreas das operações urbanas, os recursos arrecadados através do potencial construtivo, a nossa proposta é aumentar de 25% para 30% a destinação para habitação de interesse social.

Temos as AIUs também, um instrumento parecido com a operação urbana, que também tem esse aumento de 25 para 30% daquele recurso que vai para o Fundurb ser destinado à habitação de interesse social.

Instrumentos de Gestão Ambiental: a inclusão de lei específica e EIV-RIV – Estudo de Impacto de Vizinhança –, para empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas em imóveis localizados junto a dívidas de terras indígenas demarcadas e a inclusão do estudo ambiental simplificado para empreendimentos e atividades com baixo potencial de degradação ambiental.

Essa também é uma demanda bastante grande do processo participativo em relação à proteção das terras indígenas. Isso porque, demarcou a linha de proteção, no vizinho já pode construir qualquer coisa. O que propomos é: “você vai construir do lado da terra preservada. Olhe para a terra preservada e veja se o seu impacto não vai ser muito grande”. Essa é a proposta.

Quanto aos instrumentos de regularização fundiária, fizemos a remissão do marco legal, que veio tanto do Governo Federal – Reurb – quanto da regularização municipal, também

com o mesmo nome. Então estamos trazendo para que essa lei seja verificada à medida que seja feita a regularização fundiária.

Política de Desenvolvimento Econômica Sustentável: inclusão da sustentabilidade urbana dentro dos objetivos da política e remissão o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador; e absorção dos perímetros de incentivo ao desenvolvimento econômico pelos polos estratégicos de desenvolvimento correspondentes.

Na verdade, foram ajustes. Essa questão da inclusão da sustentabilidade urbana e a remissão legal das *startups* é para facilitar a inclusão de novas empresas da startup, mas sempre verificando a sustentabilidade da cidade. E quantos aos perímetros, já definidos no *Plano Diretor*, nós fizemos um ajuste principalmente de mapa, para ajudar na aplicação e termos realmente a aplicação de incentivos de desenvolvimento econômico nessas regiões.

Eu estou acabando, gente.

Complementação do critério de admissão dos mapeamentos de infraestrutura em quaisquer das macroáreas, zonas de uso. Então, estamos fazendo um aprimoramento de como implantar a infraestrutura na cidade; a política de sistema de saneamento ambiental também trazendo a remissão marco legal de saneamento básico e a política municipal de segurança hídrica e gestão das águas; indicação das áreas prioritárias e priorização de adoção de soluções baseadas na natureza; a política e sistema de mobilidade prevê a inclusão do plano municipal de rotas acessível e inclusão da elaboração do plano municipal de transporte do viário.

Em relação às ações prioritárias do Sapavel que traz, principalmente, as questões relacionadas aos parques e áreas verdes da cidade; nós propomos a autorização da redução com a inclusão das tipologias de parques no sistema e previsão da integração dos parques lineares que foram implantados.

Na verdade, essa ação prioritária do Sapavel, trouxe o plano Planpavel, no qual foram classificados os parques de modo diverso do que estava no plano diretor e nós fizemos essa atualização.

Sistema de equipamentos urbanos e sociais: inclusão dos indígenas dentre os grupos de proteção integral prioritários e previsão de planos setoriais abrangendo atendimento especializado em saúde e educação indígena nas áreas da cidade com maior concentração dessa população.

E a inclusão da elaboração de um plano de educação ambiental;

A ampliação da rede de CRAS e CREAS, Núcleos Olímpicos Regionais, Casa de Agricultura Ecológica, Hortas Urbanas e Programas de Segurança Alimentar Agroecológica e Geração de Renda.

Dentro da Gestão Democrática: atualização do Conselho CMPU que estava faltando um representante de um Conselho que foi extinto; propomos que seja colocado o Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência; aprimoramento da conceituação dos planos de bairro e da sua regulamentação e da integração no sistema de planejamento por meio daquilo que a gente já tem que é o plano de ação da Subprefeitura.

Dentro das disposições finais e transitórias, a gente trouxe tudo aquilo que é mapa, quadro que nós atualizamos em virtude dessas modificações que nós colocamos na lei.

Então, só para complementar: esse material, tanto o projeto de lei quanto a explicação de todas as decisões que nós tomamos que foram apresentadas hoje está no nosso site do plano diretor sp. Pode ser consultado, pode ser baixado; o formato dos documentos é totalmente acessível. Então, qualquer pessoa que tenha um computador e que tenha equipamentos de acessibilidade consegue acessar e ler. Acredito que somos a primeira Prefeitura que fez isso: colocar documento acessível, principalmente, mapa. Os mapas do Plano Diretor são mais complexos, mas aqueles mapas que usamos nos estudos estão de forma acessível também. Tudo isso está público lá.

Nós estamos à disposição; qualquer dúvida a gente consegue explicar.

Agradeço, novamente, oportunidade, a paciência.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença do nosso amigo Deputado Federal Alfredinho. Muito obrigado por comparecer. (Palmas) Passo, brevemente, a palavra para o Deputado Federal Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Só cumprimentar todos da Mesa, nosso Subprefeito Cláudio Schefer, Vereador Rubinho, Vereador Rodrigo Goulart, Vereador Sansão Pereira que esteve em Brasília no nosso gabinete, o nosso Líder Arselino Tatto, Vereadora Luana Alves, Vereadora Silvia da Bancada Feminista e Vereador Celso Giannazi.

Sendo rápido, vim aqui para rever nossos amigos; lá em Brasília a coisa é maluca, viu, Arselino, mas já estamos nos adaptando. Depois de 14 anos na Câmara, tem um tempo para se adaptar às mudanças e se acostumar. Ainda não me acostumei com a cidade porque não tem padaria. (Risos) Mas, com os trabalhos na Câmara, a gente já está se adaptando. É igual a Câmara aqui, só é maior. Lógico que a discussão é nacional, mas a parte do plenário é igual; a comissão só é maior; a comissão de transporte, da qual faço parte, é do tamanho da Câmara Municipal em número de vereadores.

Quero parabenizar o pessoal do governo. Nós estamos num momento importante. Particpei o Plano Diretor no Governo Haddad, quando foi aprovado. Agora, é o período de revisão. É muito importante a participação da população até para corrigir algumas falhas – ninguém faz nada perfeito -, coisas que não foram possíveis fazer quando foi aprovado. É o momento de o povo participar e apontar o que pode ser revisado e o que pode melhorar a cidade.

Muito obrigado a todos e todas. Estamos juntos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Deputado Alfredinho. Realmente, em Brasília, não tem padaria.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi, mas, antes, quero comunicar que as inscrições foram encerradas.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todos e a todas, presentes; pessoas que estão nos acompanhando via *on-line*, queria cumprimentar o Presidente da Comissão de Política Urbana Rubinho Nunes, nossos colegas Parlamentares, Secretário.

Queria dizer que estamos num momento importante da revisão do plano diretor estratégico. Nós lutamos muito na Câmara Municipal para que essa discussão fosse adiada, não no meio da pandemia, justamente, para que tivéssemos participação popular. Vejo muitos movimentos sociais presentes. É importante que participem porque nós estamos discutindo a cidade que nós temos e a cidade que nós queremos. Nós não podemos permitir que a especulação imobiliária se sobreponha ao interesse das moradias populares das pessoas na cidade de São Paulo.

Eu nasci e cresci no Jardim Primavera. A gente sente os impactos também do crescimento da cidade em questão de habitação popular, a questão da mobilidade, tem a duplicação da Ponte do Jardim Primavera. Sou nascido aqui há 50 anos, e temos a mesma ponte há 50 anos. O trânsito é um caos total.

Então, a gente tem que discutir essa cidade. As pessoas têm que trazer as suas participações. É importante que a gente faça esse debate amplo, democrático e transparente, para que ter, de fato, essa cidade mais sustentável no futuro para as novas gerações.

Então, parabéns pela participação popular; pela condução do Presidente Rubinho Nunes; e o Relator do Plano Diretor é o Vereador Goulart, a gente vai brigar para que estenda mais essa discussão para que toda população de São Paulo possa participar.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Celso.

Passamos a ouvir os munícipes que se inscreveram. Na forma regimental, cada munícipe terá o prazo de três minutos para fazer suas explanações.

Chamo ao púlpito a Sra. Larissa Farina, Assessora do Vereador Marcelo Messias, para que faça as considerações. (Palmas)

A SRA. LARISA FARINA – Bom dia a todos os presentes, as autoridades da Mesa, a população presente num sábado pela manhã numa audiência pública – isso é louvável.

Como bem dito pelo Presidente Vereador Rubinho Nunes, eu sou a Larissa, assessora do Vereador Marcelo Messias. E acredito que muitos estejam se perguntando porque o Vereador da região não está à Mesa. Eu vim para justificar a ausência do Vereador.

Ele vem trabalhando muito incansavelmente pela cidade, porém, acometido por um problema grave de saúde na coluna – como a maioria já deve ter acompanhado. Ele está enfrentando há oito meses esse problema. Felizmente, foi submetido a uma cirurgia na última quinta-feira e se encontra hospitalizado, em repouso. Por esse motivo, apenas por esse motivo, ele não está pessoalmente hoje, mas conta com sua assessoria, todos presentes, com as lideranças comunitárias, para ter uma escuta ativa ao que vem sendo trazido hoje na audiência pública. Então, tudo que estiverem a ser colocado, o Vereador Marcelo Messias terá conhecimento e vai continuar trabalhando pela cidade de forma humanizada, com dedicação, para que nós possamos juntos com a Câmara Municipal e outros Vereadores da região construir uma São Paulo melhor.

Quero agradecer a presença de todos.

A nossa está presente com as lideranças. Quero nos colocar à disposição no gabinete do Vereador Marcelo Messias para podermos atender todas as necessidades da região Sul e da cidade de São Paulo.

Muito obrigado a todos.

Desejo um excelente dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Larissa.

Gostaria de convidar o Sr. Luiz Estouro, representante da sociedade civil, para que faça suas considerações.

Bom dia, para todo mundo. Sabadão de manhã, não é? Todo mundo levantou cedo, pegou o busão, alguns encararam a Belmira; outros, a Teotônio Vilela, estamos aqui.

Sabem por que está lotado aqui? Porque alguém fez barulho, porque se dependesse da vereança... não ia nem impulsionar. Eu nunca vi impulsionarem para chamar convocação para audiência pública, mas, desta vez, eu vi. Eu vi *links* patrocinados. Isso é bom. É bom, porque

temos que mostrar que estamos atentos aos problemas da região, e é isso que nós temos que fazer aqui.

Audiência pública de revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, a gente ouve muito ZEISs, isso, aquilo, um monte de sopinha de letras, na verdade é o seguinte, estamos na Mata Atlântica, é a planta da cidade de São Paulo, onde vai ter casa, onde vai ter avenida, onde vai ter a creche, onde vai ter um CEU, onde vai ter uma escola, um hospital, uma AMA? É isso que queremos saber aqui. Qual é o terreno, o que vai ser feito, o que vai ser erguido pelo Poder Público, porque todos nós somos pagadores de impostos e quem paga, exige, e quem exige é a população, que está aqui para explanar o que vai ser feito, de fato, pelo Poder Público.

Eu quero trazer uma primeira demanda que é ali ao pé da Ponte Vitorino Goulart, onde há uma grande área verde que chamamos de parque do Chiquitão, mas o pessoal mais da antiga chama de mato da Light, que fica na região do Jardim Quarto Centenário, Primavera, Praia Paulistinha, São Judas Tadeu, Colonial, Jardim Orion, Graúna, Morro da Mandioca, enfim, envolve mais de 30 bairros.

Nessa região, nós sugerimos um parque linear, com teleférico sobre a Represa Billings, porque ali tem a Linha 9 – Esmeralda, da CPTM, uma estação de trem de nível internacional que recebe vários eventos internacionais, como Fórmula 1, Lollapalooza, Details, agora. O local é muito acessível, é na continuação da Marginal Pinheiros e não tem atrações turísticas na cidade de São Paulo.

Ali, podemos muito bem, por cima da Represa Billings, de um lado ao outro, ligando o lado do parque do Chiquitão, que eu falo para vocês que fica no começo da Quarto Centenário, até o outro lado, na margem do Parque do Mar Paulista. Já pensaram um teleférico muito lindo? Vocês conhecem o Sesc Interlagos? Quem conhece? O Sesc é só um pedaço do Chiquitão, que o Presidente da República Federativa do Brasil, em 1985, João Baptista Figueiredo, cedeu para o Serviço Social do Comércio. E ali foi feito um grande parque, bonito, legal, por que a Prefeitura não pode fazer o mesmo? Pegar uma área verde, que está lá, ao pé da Usina Piratininga, e fazer

um parque lindo, maravilhoso, com teleférico sobre a Represa Billings, porque vai ser muito mais atrativo do que uma roda gigante no Parque Villa-Lobos para rico passear, porque não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço que conclua, Sr. Luiz.

O SR. LUIZ ESTOURO – Dá mais um minuto para mim, por favor, Vereador Rubinho.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não posso, peço que conclua.

- Manifestação simultânea.

O SR. LUIZ ESTOURO – Eu quero trazer a demanda desse parque e também estou representado a Marisa Santilli, de Parelheiros, e quero dizer que o CEU de Marsilac, ali na região...

Só um pouquinho, Vereador. Eu tenho que falar porque três minutos é pouco, vocês falaram meia hora, uma hora, só de sopa de letrinhas.

Pessoal, a gente precisa de uma escola para deficientes naquela região, porque não tem.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. LUIZ ESTOURO – Muito obrigado, pessoal. Vamos lá. Vamos defender. Vamos fazer acontecer, porque aqui eles estão para nos ouvir. É audiência pública, para o povo! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço à assessoria que corte o microfone do Sr. Luiz, obrigado.

Chamo à tribuna o Sr. Roberto Carlos, Conselheiro Gestor do Polo de Ecoturismo de Parelheiros.

O SR. ROBERTO CARLOS DA SILVA – Bom dia, Vereadores, Vereadoras, Deputado Alfredinho. A minha fala vai em dois eixos, a questão da mudança climática e a da mobilidade urbana.

Represento os empreendedores e empreendedoras do Polo Ecoturismo de Parelheiros – Marsilac – Ilha do Bororé, os agricultores, as agricultoras, aqueles donos, proprietários, cuidadores de cachoeiras.

O primeiro ponto é sobre o alargamento da Estrada Ecoturística de Parelheiros. Estou falando de enchente, alagamentos, de trânsito, da falta de corredor para os moradores, trabalhadores, circularem naquele pedaço de território. Então o alargamento é fundamental. Hoje nós vivemos uma tragédia, chuveou, alagou. O ônibus parou, ninguém passa mais. Então precisamos discutir sobre o ponto de mobilidade.

Questão de verba para isso. Se não for feito o que os colegas estão pedindo, que é o Corredor do Sabará, esse dinheirinho já pode ir para o alargamento da Estrada de Parelheiros. Se não tiver dinheiro aqui... (Palmas) Se não tiver dinheiro aqui, nós vamos buscar em Brasília, porque já conversamos com a Ministra do Turismo. Tem dinheiro de infraestrutura para se fazer o alargamento. E nós não vamos desapropriar nenhum imóvel, é só puxar um imóvel, o poste para lá e aí todo mundo vai circular. (Palmas)

Por que isso? Por que o Polo de Ecoturismo de Parelheiros? Hoje são um milhão de turistas que circulam buscando uma área de lazer, tomar um banho de cachoeira e ir ao turismo rural das nossas agricultoras. São 20 mil empregos gerados lá no fundão, no meio da mata com o ecoturismo. São 90 milhões de renda gerada por ano, é disso que estamos falando, Vereador Rodrigo Goulart, a quem já entreguei o ofício do Conselho Gestor e da Amteci, em mãos do nosso Relator.

Agora, vou fazer uma fala para as nossas Vereadoras, Silvia, Luana, como mulheres, como mãe, como tia e avós. Onde vocês levariam o filho, o neto, o sobrinho de vocês para tomar um banho de cachoeira, para botar o pezinho da criança numa água sem poluição na nossa cidade? Aonde?

- Manifestação do público.

O SR. ROBERTO CARLOS DA SILVA – Em Marsilac, Parelheiros. Então, Luana, quando você falou que é de Reimberg, eu também morei lá, no Jardim São Bernardo e na minha adolescência construímos o CDM do Jardim Reimberg, aquela área de lazer.

Não é concebível hoje, no século XXI, um parlamentar defender invasão de terra, defender terras clandestinas. Nós temos que discutir o agro, a agrovila, o fundo de combate aos loteamentos clandestinos...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. ROBERTO CARLOS DA SILVA – ...e nós temos que discutir hoje, naqueles loteamentos em Parelheiros, não existem aquela família que paga um aluguel de 700 reais.

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Encerrou o tempo. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO CARLOS DA SILVA – O tipo de construção daqueles loteamentos lá não é de trabalhador, não é de trabalhador.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Roberto. Com a palavra, Sra. Neide Rodrigues, da Associação Amigos do Jardim Cristal.

A SRA. NEIDE RODRIGUES – Bom dia a todos.

Eu sou da região de Interlagos, próximo ao autódromo, Vila da Paz, Morrão, Marabá, Jardim Autódromo e Jardim Cristal.

Muitos falam de Parelheiros, Marsilac, só que para se chegar ao Centro da cidade e às grandes marginais vocês se deparam na Vila da Paz, na Ponte Jurubatuba – Irmã Agostina e também na ponte nova, conhecida, a Ponte João Goulart. Ali vem o PIU Jurubatuba correndo há 30 anos e os moradores vivem na apreensão de desapropriar para o PIU acontecer.

Tem um projeto, que eu superconcordo, do Marcelo Messias, que é a duplicação da Ponte Jurubatuba. Tem um trânsito na Avenida Interlagos e dentro da Vila da Paz, e as pessoas tendem a correr tentando sair do trânsito, mas todos se encontram na Ponte Jurubatuba. E a duplicação vai ser um marco para a região de Interlagos para trás, porque ali é onde todo o trânsito se fecha.

E aí, a dúvida. Falou-se muito do empreendimento, de garagem, dos grandes construtores, que estão crescendo muito, mas a população, a habitação popular está morrendo.

Aonde vamos, para onde vamos? Onde são as ZEISs? Onde vamos parar, porque vão tirar o pessoal da Comunidade do Morrão para o PIU Jurubatuba fazer a interligação com a Ponte João Goulart, o autódromo. Tem um parque que ninguém sabe onde vai ser feito. Tem um empreendimento que a gente também não sabe onde vai ser feito. Só tem o falatório que vai fazer. E para onde vai o nosso povo, a nossa comunidade, a população? Vai ampliar a ponte, vai ser maravilhoso, mas vai desapropriar pessoas. Onde serão essas ZEISs? Para onde vamos?

Hoje, a região de Interlagos é mundialmente conhecida, está aí o Lollapalooza, o autódromo e outros eventos que vão acontecer. E o trânsito é insuportável, insuportável nesses dias. Quem mora na região, além de a gente sofrer com o trânsito, não podemos sair de casa, sofremos também com a segurança pública, porque a polícia acha que todo morador de comunidade é ladrão, é bandido e nós sofremos dia a dia com multas, repreensões. E as nossas escolas, da nossa região, temos em torno dessas cinco comunidades mais de 30 mil pessoas. A antiga UBS Vila da Paz, que o Rodrigo fez o favor de mudar, que é uma correria da nossa comunidade, atende hoje de 17 a 18 mil famílias. Esse é um trecho muito populoso, mundialmente conhecido e que ninguém faz nada por nós.

Vou obedecer aos três minutos. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Neide. Agradeço a deferência.

Apenas para explicar a todos os presentes, o tempo de três minutos não é estabelecido por esta Comissão, nem pela Presidência, mas sim pelo Regimento e nós temos de cumprir. Por isso da exigência com relação ao prazo. Peço desculpas a todos, mas é uma obrigação.

Gostaria de convidar o Sr. Everton Soares para que faça uso da palavra. Muito obrigado.

O SR. EVERTON SOARES – Bom dia a todos e a todas. Eu vou falar exclusivamente do Balneário Novo São José. Eu sou morador de lá há 32 anos e o bairro tem 33 anos de vida,

aproximadamente 1.200 famílias e 140 mil metros quadrados. É um loteamento desde 1990. Ele está incluído no Plano de Metas de 2021-2024, na Ação 14. Ele já foi contemplado com toda a questão de infraestrutura pelo Programa Guarapiranga, em 1999, e agora, em 2016, nós o inserimos, através do Vereador Tatto, na Zona de Interesse Social. Em 2016 foi feito o cadastramento do bairro na Área de Recuperação Ambiental-1, a viabilidade de recuperação de interesse social, a execução do plano altimétrico cadastral, e o Prefeito Ricardo Nunes recebeu esse nosso pedido. O Prefeito tem 14 bilhões de reais em caixa e nós ainda não temos a nossa tão sonhada regularização fundiária. (Palmas)

O Plano Diretor Estratégico, fala-se muito em mobilidade, muito em moradia, mas o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo tem sido um bom negócio para alguns, tem sido bom para especulação imobiliária, para o mercado financeiro. Mas para nós, que somos a população, que somos a periferia, que temos o sonho, o tão sonhado sonho da casa própria já desde algum tempo – nós, por exemplo, há 33 anos -, estamos esperando a fiscalização, a cobrança dos Srs. Vereadores e a atitude política, a ação política dos prefeitos que passaram, e foram muitos prefeitos, de quase todos os partidos. Estamos agora esperançosos, confiantes, a partir do pedido que o Vereador Tatto fez para o Prefeito Ricardo Nunes, para verificar se ele vai, então, nos ajudar com essa regularização.

Eu imagino que não deva passar... Uma regularização fundiária deve estar em torno de 15 mil reais a 30 mil reais por família, por lote, por casa. Deve dar 30 milhões, multiplicado por mil. E não é possível a demora em executar essa regularização fundiária aqui no Balneário Novo São José, na Subprefeitura de Parelheiros. Então eu vim aqui clamar ao Sr. Secretário Adjunto, Sr. Subprefeito de Parelheiros, que eu não vi aqui, Vereador Arselino Tatto, para que nos ajudem nessa luta.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Everton.

Chamo o Sr. Edson Paixão, Presidente da Associação de Moradores da Vila Rubi.

O SR. EDSON PAIXÃO – Bom dia a todos. Eu sou Edson Paixão, Presidente da Associação de Moradores da Vila Rubi.

Vim trazer uma demanda que acredito que seja do conhecimento de praticamente todos, que é a construção da UBS da Vila Rubi. A gente tem o projeto há mais de 30 anos, no bairro. Vários vereadores já foram lá, fizeram vídeos, tiraram fotos, mas nunca iniciou a construção dessa UBS. Eu gostaria muito de saber quando isso poderia acontecer, porque os moradores do nosso bairro são atendidos pela UBS Jardim Icaraí, AMA Jardim Icaraí. E para uma mãe ou um pai levar seu filho até lá gasta mais ou menos uma hora a pé. Para a criança tomar uma vacina, é uma hora para levar daqui até Icaraí. Nosso bairro cresceu bastante, tem atacadão, tem tudo dentro do bairro, porém a demanda da saúde continua nos anos 1990, entendeu? Então eu gostaria muito que vocês fizessem o esforço máximo para a construção dessa UBS.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Edson.

Chamo a Sra. Erika Aquino Borges, apoiadora do povo.

A SRA. ERIKA AQUINO BORGES – Bom dia a todos os brasileiros que vivem na nossa amada São Paulo. Eu sou a Erika Borges e venho expressar o meu apoio...

Não começou o cronômetro. Obrigada. Eu vou usar o tempo do meu amigo. (Risos)

Eu venho aqui apoiar algumas pautas. Lógico, as que já foram citadas aqui para alguns podem ser redundantes, mas eu apresento como um apoio. Não ao Corredor Sabará. (Palmas) Ser eleito e perder a audição é algo que a gente pede para as nossas autoridades que estão aqui na mesa, então que se ouça o povo. Tem outras alternativas que foram apresentadas, então vale levar em consideração.

Apoio também à criação de UBS e também UPA. Lembram que o nosso Hospital do Grajaú foi fechado pelo Estado, sobrecarregando o Município? Precisamos de mais, Unidade Básica de Saúde e Unidade de Pronto Atendimento. A matemática é clara, não está batendo; é simples.

E também falar sobre enchentes, a enchente de São Paulo. Eu sou nascida no Jardim dos Álamos, Parelheiros, cresci aqui na Vila Rubi e também na Rua Eduardo Ramos, Grajaú, por mais de dez anos enfrentando enchente com a minha família. Meus pais colocavam os filhos em cima do beliche e a água entrava dentro de casa, Rua Eduardo Ramos, então eu tenho uma experiência.

Na vida profissional eu tive outra experiência, fui prestar serviço para incorporador, construtor, grande incorporador, grandes construtoras em São Paulo. Gente, desde 2009, 2010, já havia o questionamento. Infelizmente, é uma herança maldita. A gente não pode julgar a gestão pública de agora. É uma herança que vem de lá atrás. Já era questionado pelo incorporador, pelo construtor, “Olha, você está me liberando o alvará de construção, você está liberando o Habite-se, mas vocês não estão investindo em escoamento. Cadê o escoamento?”. Hoje a gente vê o resultado: Veneza secando e São Paulo virando um rio.

— Onde viviam duas, três famílias, o incorporador compra e sobe um prédio com 150 unidades, 400 unidades. Cadê o investimento no escoamento? Então fica de sugestão para o Plano Diretor, a revisão e a apresentação para nós, sobre o escoamento, porque daqui a pouco a gente não tem mais carro, a gente vai ter que comprar *jet-ski*, ônibus etc. A gente traz um monte de pauta.

Eu vou deixar para vocês, como lição de casa, como cidadãos, geral, a Pirâmide de Maslow. Dá uma olhada lá. Se você estudar um pouquinho da Pirâmide de Maslow, que foi um psicólogo, você vai entender muito bem da necessidade do povo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Erika.

Chamo a Sra. Maria Aparecida de Oliveira, Diretora do Instituto Ibrac e do Instituto Brasil Cultural.

A SRA. MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa. Meu nome é Maria Aparecida de Oliveira, sou fundadora e Diretora do Instituto Brasil Cultural, Ibrac, de projetos sociais. Nós viemos aqui para somar, está bom?

Eu sou filha da Cidade Dutra, sou da terceira idade, então faz bastante tempo, não é? A Dutra tem 74 anos e eu não poderia deixar de falar. A Cidade Dutra foi um bairro planejado pelos eletricitários da Light e agora, infelizmente, nós estamos no abandono; desculpa, mas nós estamos no abandono. Ele foi planejado, mas agora está sendo... vários prédios construídos. As praças, quando tem Fórmula 1, alguma coisa assim, aí tudo é pintado, é tirado o mato.

As escolas, a gente tem que pensar. Eu também sou ex-conselheira do Conseg, fui por nove anos, sou ex-conselheira tutelar, então o que eu falo para vocês é o seguinte: a Cidade Dutra é um bairro tranquilo, *okay*, mas nas escolas, os alunos das escolas são de vários locais, não são só crianças e adolescentes da Cidade Dutra. Então o acesso das crianças nas escolas...

Por exemplo, no CEU agora tem um projeto, no CEU Cidade Dutra, que está sendo quase que concluído, então as crianças ficam na rua. Aquela rua do lado do CEU é um perigo. Eu vou fazer, pelo Ibrac, uma reunião lá e conto com a presença dos representantes. Por favor, a gente tem que colocar as crianças dentro das escolas. Elas ficam do lado da rua. Se acontecer alguma coisa, quem vai ser responsável? É a pessoa da perua? Quem que vai ser responsável? São crianças de quatro anos, o início, entendeu? Então se tivesse um acesso para que as crianças pudessem entrar, deixar as crianças nas escolas... Esse projeto que tem acho que sete milhões, desse projeto... *Okay?*

Então o tempo já está terminando. Quero dizer que sou do Conse... que vou entrar como membro efetivo, se Deus quiser. A nossa Presidente Isabel está aí. E vamos, vamos, vamos participar do Conseg, vamos levar isso a sério, *okay* ? E é isso.

E a inclusão, não podia deixar de falar, nos hospitais e tudo, você vê a dificuldade, nem conseguir subir, então por favor, está bom? Os acessos, a acessibilidade, mobilidade urbana, por favor. Está bom?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Maria Aparecida.

Chamo o Sr. Sargento Emérito Gilson, munícipe de São Paulo.

O SR. SARGENTO EMÉRITO GILSON – Bom dia a todos, à Mesa.

Quero falar sobre a LIMPE, cinco institutos falando sobre a lei: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Eu quero citar só os dois, publicidade e eficiência. Nós estamos debatendo aqui algumas demandas, mas onde a gente vai ter essa volta de tudo que está sendo falado aqui? Porque tem o 156, que você não consegue ter resposta. E outra: você não consegue nem acessar ele, porque é tanta pergunta que, quando chega o final, cai a ligação. Então, eu sei que tem pessoas da Prefeitura aqui, que verifiquem isso.

Eu tive um problema na UPA, já documentei, vou a fundo, porque é inconcebível passar pela UPA, no primeiro atendimento, e a pessoa era uma criança de 12 anos. Aconteceu comigo. Ela não pesou a criança. Depois de quatro horas de espera, na hora de a médica fazer o atendimento, precisando fazer a receita para dar a medicação: onde estava anotado o peso da criança? Ela pediu para que eu voltasse lá para pesar a criança. Falei que não. Eu disse que ela que arrumasse um jeito de passar a receita naquela hora. Ela foi lá e viabilizou. Isso aconteceu com uma pessoa, imaginem com todos os usuários.

Quando se fala de enchente, na Belmira há mais de 30 anos que tem enchente no Bola Branca. Quantos moradores e pessoas da Administração já passaram com vários mandatos e não conseguiram resolver ainda? Nós vamos ter de lutar, de novo, sendo que já tem projeto para melhorar aquilo ali.

Estamos falando de acessibilidade. Tem uma escada para a pessoa chegar aqui e usar o microfone já não dispôs de acessibilidade. Agora, se tiver um cadeirante na Belmira, no momento que começar o alagamento, será que vai ter socorro? Essa pessoa vai morrer lá.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sargento Emérito Gilson.

Chamo o Sr. Arlindo do Amaral Wandele, empresário.

O SR. ARLINDO DO AMARAL WANDELE – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Arlindo, morador da zona Sul há 50 anos, sou empresário. Venho fazer uma manifestação que a Luana não conhecia, mas vou usar das suas falas, Luana, porque achei importante – se você me permitir, é lógico.

Costumo falar que a cidade de São Paulo está abandonada. A cidade está abandonada. Vejo os nobres Vereadores da região, deputado, as autoridades daqui, só que, na verdade, depois da sua fala, vejo que a cidade não está abandonada. Nós temos Parelheiros e Vila Mariana, que foi o exemplo que você deu. Parelheiros está abandonada; Vila Mariana, não.

Não precisamos ir muito longe. Vou dar um exemplo, porque o descaso que há na periferia é muito grande. É desrespeitoso. Vejo a Avenida do Rio Bonito aqui, nada contra, não me entendam quem é do Laginho, quem é de Veleiros, Suzano, nada contra. Vocês estão corretos. O Poder Público está atendendo vocês.

Vejo aqui, no Jardim Embuia, onde moro, onde mora meu amigo Alfredinho, meu amigo Arselino, o Ênio Tatto, nosso Deputado da região, onde mora o Vereador Jair Tatto, o Rodrigo passa sempre. A Rua Frederico René de Jaegher, tem um programa de recapeamento em São Paulo, em Veleiros eles abrem o buraco e fecham no mesmo dia, para a gente chegar em casa está um absurdo. O buraco está aberto há dois meses. O descaso com a periferia é muito grande.

Nós tivemos a visita do Subprefeito, recentemente, no Jardim Real. A Prefeitura investiu 3,2 bilhões em contenção de enchentes. Só que não foi na nossa região. A Gestão vem aqui pedir o nosso voto. Para olhar para a nossa região, para nos atender – está certo, Vereador Arselino, o senhor estava lá com a gente, Alfredinho, o Rodrigo não esteve, mas o Goulart esteve lá – essas pessoas que são da região, atendem aqui.

Faço pedido para o Vereador Rubinho que olhe para a cidade de uma forma global, única, que não trate a periferia só na hora de vir pedir voto, que trate da mesma forma que trata o Itaim, entendeu?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARLINDO DO AMARAL WANDELE – É isso que nós pedimos, que seja tratado da mesma forma. Se consegue administrar Itaim, que consiga administrar Grajau. É isso. Beleza? Contamos aí. Luana, obrigado. Me inspirou

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Arlindo. Chamo agora o Sr. André Araújo, Conselheiro Municipal de Política Urbana.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Bom dia a todos.

Saúdo com a santa paz de Jesus Cristo. Saúdo o Vereador Rubens Nunes, Presidente, agora que assumiu a Comissão, o nosso Secretário.

Secretário, fiquei muito triste com o senhor porque não teve a humildade de apresentar o projeto de lei para o Conselho Municipal de Política Urbana. O senhor deveria ter tido essa educação de ter apresentado. Não é verdade?

É importante que o Conselho Municipal de Política Urbana tenha o caráter deliberativo para decidir. Não ser apenas uma reunião de fim de tarde, um chá da tarde.

A questão da regularização fundiária, o mais importante a dizer é que estamos brigando por recursos. (Palmas) Está entendendo? Temos de destinar 15% das verbas do Fundurb e 30% do orçamento da habitação para urbanização e regularização fundiária.

Secretário, foi feito o diagnóstico pela própria Secretaria, mas a própria Secretaria não vê esse diagnóstico. A questão da cota de solidariedade, quando se mantém os terrenos de 20 mil metros. Isso aí acaba novamente numa política ineficiente. Temos de reduzir para 10 mil porque vamos chegar a ter habitação de interesse social, vamos ter aplicação para quem mais precisa.

Se falou sobre habitação de interesse social, o que é isso? Para mim, no mínimo, é um apartamento de 45 metros quadrados, com dois dormitórios, um banheiro. Porque nós temos de definir o que é habitação de interesse social.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Então, gente, nós temos várias questões.

Tivemos um aumento de 60% de moradores de área de risco na cidade de São Paulo. Nós temos de dar preferência no atendimento dessas famílias com a questão do auxílio provisório que tem de ser aumentado. Está em 400 reais há 10 anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Temos de priorizar essas famílias no atendimento. Sequer nós temos um plano municipal de redução de área de risco. Sendo que, desde 2014, isso era para ser feito. Nós temos de colocar um prazo de 180 dias, sob pena de processo por improbidade.

A mesma coisa em relação ao Plano Municipal de Habitação que ainda não foi feito. Nós tínhamos 750 mil famílias nessas áreas, nesses assentamentos precários. O atendimento foi de apenas 5%.

Nós temos de colocar prazo para que isso seja efetivado, sob pena de processo de improbidade.

Para terminar, Presidente, nós temos de ter uma audiência pública no CEU Parelheiros.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Lá estão os dois distritos mais pobres da Capital: Marsilac e Parelheiros.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. André, pelas suas considerações.

Convido o Sr. Carlos Tatto, representante do PT, Capela do Socorro.

O SR. CARLOS TATTO – Bom dia a todos companheiros e companheiras, os Vereadores que compõem a mesa.

Presidente Rubinho, eu tenho aprendido na política que, ao mesmo tempo que se deve participar e ocupar espaços, se tem de respeitar também o devido processo e o tempo em que as coisas devem ser implementadas.

Por que a pressa do Governo, do Prefeito Ricardo Nunes, em aprovar um projeto de lei tão importante, como é o Plano Diretor Estratégico, até o fim do primeiro semestre? Por que

de somente 23 audiências na Comissão de Política Urbana, sendo que nós temos 32 subprefeituras na cidade de São Paulo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS TATTO – Hoje nós estamos com o auditório lotado, porque há diversas regiões e diversos moradores de regiões diferentes que tiveram de sair das suas casas às 05h para chegar aqui às 08h. Muita gente não dispõe nem de metrô nem de trem, ou nem ônibus na porta da sua casa.

Por que não, conforme falado aqui pelo companheiro anterior, fazer uma audiência em Parelheiros? Uma audiência em Santo Amaro que são as outras subprefeituras? Nós estamos na Capela do Socorro. Por que a pressa de aprovar uma coisa sendo que estamos vendo que tem participação popular? O povo está interessado.

Em segundo lugar, falando de demanda, nós tivemos alguns avanços desde a última aprovação do Plano Diretor. Houve duplicação na Belmira Marin, veio o Hospital de Parelheiros, conseqüentemente. Mas o Hospital de Parelheiros que tem uma demanda muito grande, ajudando hoje o Hospital Estadual do Grajaú, precisa ter um acesso melhor.

Está na hora de tirar do papel um projeto para a duplicação da Estrada de Parelheiros.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS TATTO – Hoje, nós temos na região do pós Parelheiros, em Marsilac, o Parque Ecológico, onde há muita demanda numa região com muita biodiversidade, muito potencial estratégico. Está na hora de tirar do papel esse projeto também.

O Prefeito Ricardo Nunes quer fazer nova faixa na Marginal Pinheiros e na Marginal Tietê, mas lá já tem infraestrutura. E a população mais carente da periferia que demora uma, duas horas, para pegar o ônibus ou pegar o trem na Via Mobilidade que é a mais incompetente que nós temos na região, na Linha Esmeralda.

Então, está na hora, realmente, conforme o companheiro Arlindo falou, de os Vereadores fazerem um plano estratégico direcionado para a periferia, porque os grandes bairros

e os grandes empreiteiros estão bem interessados nesse Plano Diretor que foi enviado para a Câmara. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Carlos.

Chamo, agora, o Sr. Francisco Wilton, líder comunitário do Grajaú.

O SR. FRANCISCO WILTON – Sou Francisco. Sou morador do distrito do Grajaú, conhecido como Ceará. Quero cumprimentar todas as autoridades da Mesa. Gostaria que na minha fala se prestasse bem atenção, porque vimos aqui para pedir socorro. Cumprimento, principalmente, a comunidade, a população que está aqui.

A primeira coisa que eu quero dizer é que eu participei do Plano Diretor que foi feito há 10 anos, lá atrás, e há a importância dessa revisão, mas eu quero dizer para vocês que o Plano Diretor, meus camaradas, tem de ser para a cidade. Ele não pode ser da Dutra para lá. Ele não pode ser da Ponte do Socorro para cá. Ele tem de ser para a cidade, porque nós temos uma burocratização na Sehab e isso não sai do lugar.

Eu moro no distrito do Grajaú, mais especificamente no Jardim Sipramar, que está no Plano de Metas para a regularização fundiária desde 2019. Nós já fizemos, por meio do Vereador Arselino Tatto, mais de cinco reuniões na Sehab e essa regularização fundiária não sai. Nós não temos a documentação dos nossos imóveis e isso não pode. Então, as diretrizes do Plano Diretor têm de atentar para isso.

Quero entrar em uma questão polêmica: sabemos que é preciso resolver a questão do emprego e mobilidade. Nós precisamos de emprego no distrito do Grajaú, para que as pessoas não fiquem seis horas no trajeto de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

Quero chamar a atenção do nosso amigo que assumiu há pouco tempo a Subprefeitura de Capela do Socorro para o seguinte: a faixa exclusiva da Avenida Belmira Marin foi feita em 2015. De lá para cá, ninguém colocou mais uma pedra. Então, a revisão do Plano Diretor tem de atentar para a mobilidade da periferia de São Paulo e, especialmente, da nossa, porque nós temos umas 19 linhas de ônibus que passam na Avenida Belmira Marin. Isso é

inconcebível. Não há fiscalização na faixa exclusiva. Os automóveis invadem e o ônibus fica preso.

É por isso que nós temos de fazer audiência aqui, Vereadores Arselino Tatto, Rodrigo Goulart e demais, da região. Temos de fazer uma audiência pública para discutir o transporte que vai ser feito na Represa Billings. Eu estou vendo o pessoal no corredor da Sabará, mas o Poder Público tem de ter uma alternativa, porque o transporte precisa sair. Se vai sair corredor na Alvarenga, na Sabará ou em outro lugar, eu não sei, mas tem de haver. Nós não conseguimos adequar 19 linhas de ônibus em uma avenida com cinco ou seis metros de largura.

Subprefeito, um pedido especial, para encerrar: dê uma atenção para Sucupira, para Bola Branca, porque não é possível a pessoa descer cansada no Terminal Grajaú e andar a pé até o Cantinho do Céu.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Francisco.

Chamo agora a Sra. Alciete Araujo, de Manacá da Serra.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ALCIETE ARAUJO DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa.

Meu nome é Alciete Araujo, mas eu sou conhecida como Tata Silva. Quem veio com a Tata, hoje, e saiu de suas casas? Eu gostaria de fazer uma pergunta, primeiramente: quem, aqui, mora em casa regularizada?

- Manifestação do público.

A SRA. ALCIETE ARAUJO DA SILVA – Eu moro em um bairro de 1997. Há pessoas que vieram depois de 2016. Então, isso prova que ninguém quer regularizar nada, não é? Se estamos há mais de 20 anos no Manacá da Serra e até hoje eu moro em uma área irregular, é porque ninguém quer regularizar. Então, vimos aqui dizer que queremos regularização fundiária para os bairros em que moramos.

- Manifestação do público.

A SRA. ALCIETE ARAUJO DA SILVA – Queremos dignidade. Queremos respeito conosco.

Vim dizer também que não vamos mais ficar calados. Aliás, eu nunca fiquei e é agora que eu não fico mesmo, porque vocês estão aqui para criar leis, para mudar leis, e fomos nós que votamos em vocês. Nós os escolhemos. Cada um, aqui, tem o seu representante e está aqui para ajudar a sua comunidade, o seu povo. Se não for para isso, então não é um cargo político colocado por voto – e voto popular, de um povo que é popular, que é das periferias desta cidade.

Eu morei por mais de 20 anos em um lugar onde eu bebi água contaminada por 20 anos. Até hoje, eu moro em uma casa onde eu não posso receber uma carta, porque eu não tenho CEP. Aí, vão lá, dizendo que vão fazer, que vai acontecer. Vai, nada! Não vamos mais ser enganados nem iludidos. Não vamos, não. Queremos pisar em asfalto. Queremos correios, água, esgoto. Queremos energia elétrica, porque não temos micro-ondas nas nossas casas. Quando liga, cai a energia. Vocês já passaram por isso? Se não passaram, vão passar um dia, lá, com a Tata. Vão passar um dia com esse povo que veio comigo. Está na hora de fazer política decente, que atenda o povo e que mude as realidades dele. Se eu estou há 20 anos morando em um bairro irregular, é porque ninguém regularizou. Por que não regularizou? Porque não quis.

Eu já vou parar, mas vejam bem: para tirar uma árvore, precisamos de autorização. Para tirar as casas de Parelheiros ou de qualquer canto desta cidade, das periferias, vão ter de falar conosco. Vão ter de negociar. Vão ter de conversar, porque não é assim, bagunçado, não. Chegam lá e derrubam nossas casas? Só nos jogam em algum canto desta cidade? Como é que pode? Que negócio é esse? Vão lá e demolem? Tiram? Eu já vou parar, mas tenham calma, porque eu trabalho todos os dias, nesta cidade, nas lideranças comunitárias, impedindo casa de cair, ajudando ocupações a permanecerem lá.

Vamos para a rua. Vamos lutar pela nossa moradia. É a nossa casa. É a nossa moradia. É o nosso povo. Não vamos mais nos acomodar.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Chamo, agora, o Sr. Zito Pereira, representante do PUCS – Projeto Urbano Cidade Saudável.

O SR. ZITO PEREIRA – Bom dia a todos. Bom dia a todas. Parabenizo a Mesa e o plenário, que é o principal que está aqui, porque, sem ele, sem a pressão, não se consegue nada e não se faz nada.

A primeira coisa é: temos de ter dinheiro, sim, como o André falou – 15 a 30%, para regularização fundiária. É superimportante fazer a regularização fundiária na nossa região, mas está acontecendo algo aqui e não adianta fazer a regularização fundiária e cobrar o IPTU das pessoas. Está havendo algo absurdo na região e em toda São Paulo.

Antes, você averbava o seu terreno e levava à Subprefeitura. Você era isento e o seu IPTU era cobrado. Agora, está passando um *drone* na casa das pessoas e está saindo um IPTU, que era isento, de cem metros. A pessoa construiu 360 metros e há gente para a qual vem um valor de cem mil reais. Eu conheço um casal para o qual veio o de 21 mil reais. O casal ganha R\$ 1.800,00 e, se for pagar em 10 vezes, vai dar 10 parcelas de R\$ 2.100,00. Como é que essa família vai pagar? Isso é um total absurdo, gente. Tudo bem, vão cobrar o retroativo de cinco anos? Avisem, um ano antes, para as pessoas se organizarem e se prepararem para pagar, mas dessa forma não há como. Vamos fazer uma audiência pública sobre essa questão do IPTU da nossa região e da cidade de São Paulo.

Outra coisa, também: a questão do Córrego do Bola Branca é um absurdo. Morei na região por mais de 30 anos. Todo ano é a mesma coisa. Todo ano é enchente. A Avenida Belmira Marin vai para todo o fundão. Isso é um total absurdo e não se toma providência sobre isso, aí.

Há a questão das enchentes em Parelheiros, na Mendes-Vila Natal. Isso é obra eleitoreira, para ganhar voto, para fazer às pressas, para ganhar eleição. Aí, fica todo mundo inundado. Há inundação nas nossas regiões.

Outra coisa, também: obras de interesse social – de interesse social, sim, mas o cara vai pagar de 10 a 30 anos pelo seu apartamento. Aí, vai morar em uma região que não tem infraestrutura nenhuma. Não tem transporte, educação, saúde. Não tem nada. O cara é jogado

para lá de qualquer forma e fica sofrendo. Precisamos de obras de interesse social das ZEIS, sim, mas, quando é para construir atacadão, rapidinho se arruma terreno para fazer os atacadões e grandes empreendimentos. Agora, para o povo, para construir UBS, para a saúde, para o transporte, para as outras coisas, não há nada.

Então, é isso. Muito obrigado a todos. Vamos à luta e até a vitória. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Zito.

Convido agora o Sr. Cleber Gonçalves, também do PUCS – Projeto Urbano Cidade Saudável.

O SR. CLEBER GONÇALVES – Bom dia, galera. Estou com o povo, aí. Estou em cima e vim cobrar. Vou falar a verdade: sou cidadão do Guanabara. Represento o GuanaRaps, uma comunidade que fala de cultura e *hip-hop* de São Paulo. Além disso, eu tenho uma realidade sobre a qual falar.

Os Vereadores abandonaram a juventude. A cracolândia de São Paulo foi para os bairros de São Paulo. Em vez de as praças serem ocupadas por esportes e lazer, são ocupadas por dependentes químicos, por falta de vergonha na cara dos Vereadores para construir uma política de saúde mental, porque dinheiro têm. É porque não é o filho de vocês que está no *crack*, na cocaína, no álcool. Se fosse filho de vocês, vocês já tinham tomado uma atitude rápida. Rápida.

- Manifestações do público.

O SR. CLEBER GONÇALVES – Então, eu estou aqui, Srs. Vereadores, para dizer para vocês terem um pouquinho de vergonha na cara e um pouquinho de compaixão com próximo. Não deixar os dependentes químicos ocupar as praças de São Paulo. As praças de São Paulo devem serem ocupadas com esporte, lazer e cultura. Falta vergonha na cara e disposição para fazer, porque dinheiro tem. Dinheiro para comprar presidente de bairro, nós cidadãos somos culpados também, de aceitar suborno dos vereadores para ficar com bolso cheio o presidente do bairro e não fazer o que tem que ser feito nos bairros, que são esporte, área de lazer para população, para os idosos e para todos. Fazer uma política de saúde mental

humanista sem exceção e sem discriminação de pessoas. Sou cidadão e ex-dependente químico, porque não teve política para eu recuperar. Política de vereador, não teve política de governo. Teve força de vontade minha. E hoje estou aqui para lutar e mudar a vida e cobrar das autoridades. Como cidadão de bem pago meus impostos. Hoje estou de férias, mas deixando minha família de lado, porque não é a vida só da minha família que está risco, é a vida da população. E mexeu com a população, mexeu comigo. Estou aqui para cobrar, tomar vergonha na cara e tirar aqueles moradores da Praça dos Trabalhadores do terminal Varginha, porque a Praça do Trabalhadores, é um bem dos trabalhadores. Tem que ter esporte, cultura e lazer e não usar a polícia para chegar e descer o cacete em todo mundo. Tem que ter política de saúde mental. Manda o SUS lá com a polícia e o trabalho de cultura ocupando as praças. Cultura, Lazer e Educação, essa saída. E vergonha na cara e não a privatização da Sabesp, não o Aeroporto de Parelheiros. Essa é minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Cleber.

Convido agora o Sr. Wanderley Ramos, do Mirante da Ilha do Bororé.

O SR. WANDERLEY RAMOS – Bom dia pessoal, me chamo Wanderley, sou da Ilha do Bororé, todo mundo me chama de bigode. Primeiramente pessoal, dificilmente a gente vê tanta liderança junto, em um só lugar, peço uma salva de palmas para todas as lideranças aqui hoje. (Palmas)

É importantíssimo a presença de vocês. Quero saudar a mesa, dizer que é uma grande satisfação estar aqui hoje e ver tanta gente. Quero falar um pouquinho do interesse turístico da nossa região. Estamos numa região periférica, também, estamos numa região turística.

Quero falar um pouco da Ilha do Bororé. A Ilha do Bororé está recebendo, por mês mais de 3 mil bicicletas e mais de 10 mil turistas. Só que a regularização fundiária da nossa região atrapalha todo trâmite jurídico e todo trâmite das pessoas que moram na região. O que precisa para ter uma regularização fundiária na região? Ruas asfaltadas, creche, escola, equipamentos saúde, água encanada, esgoto. Isso a gente não tem. Todo mundo tem as coisas

acontecendo na região, só que regularização não chega para gente. Não chega na periferia. Temos o Maria Antonieta, mas não tem um laboratório no Maria Antonieta. Atende 1 milhão de pessoas na região e não temos um laboratório. As pessoas têm que ir para o Balneário São José, para fazer o exame. Há anos isso acontece, onde atende 1 milhão de pessoas. Isso não é concebível. Isso já está acontecendo há anos.

Gostaria de falar que para que aconteça o turismo nossa região, quero que esse Plano Diretor olhe para Ilha do Bororé, olhe para Parelheiros. Em Parelheiros temos cachoeiras. Temos muitos atrativos turísticos e ninguém olha para nossa região. Falar que lá no Centro vai ter um show artístico, vai encontrar um monte. Vai em Parelheiros, no Cantinho do Céu, Cocaia. Esse pessoal não chega. Somos um bairro dormitório. Só estamos aqui para trabalhar para os ricos. Temos que mudar isso aí. As coisas têm que começar a acontecer.

Obrigado pela presença de todos e a luta continua.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Sr. Wanderley.

Convido agora o Sr. Moacir Gonçalves do Instituto Biguá.

O SR. MOACIR GONÇALVES – Bom dia pessoal.

Cumprimentar a mesa e todos os presentes. Sou Moacir Gonçalves, do Instituto Biguá, uma ONG que fazemos o abraço Guarapiranga junto com espaço. Vai ser dia 4 de junho e todos estão convidados, Sras. e Srs. Vereadores. É um espaço público que iremos fazer.

Gostaria de colocar uma questão a respeito da participação popular. Na nossa cidade tem 96 distritos. Acho que cada distrito deveria ter uma audiência pública. Não sei se será possível agora, mas nas próximas dos orçamentos, vamos ver. Porque o pessoal da Ilha do Bororé não vai vir aqui. Tem o distrito do Grajaú, Cidade Dutra e Socorro. Por que não tem audiência lá? Tem CEUs perto e as pessoas da Ilha do Bororé, Parelheiros, lá do extremo Sul, possam vir. Isso é ter política para gente, 70% da população de cidade de São Paulo que é pobre ou ascendente. Acho que a principal função é fazer política pública para eles. Quais políticas públicas? Educação, saúde, para que as pessoas tenham um desenvolvimento. Não desenvolvimento econômico como todos pensam que o desenvolvimento econômico vai resolver

o problema. Desculpa! Precisamos de política pública: Educação, Saúde, Atenção Básica da Saúde que é tão importante para gente. É para isso que temos de lutar. Acho que a questão da privatização dos espaços públicos - Luana e outra Vereadora - espaços públicos são privatizados em São Paulo. Uma avenida é um espaço público. Tem um corredorzinho de ônibus ali para passar uma via, o resto é tudo privatizado. Por que não podemos parar com esse negócio de privatização do espaço público? Em Londres, Madri, Berlim, hoje em dia fazem banco de terra. Compram terra. É o contrário que está acontecendo em São Paulo. Nada de privatizar espaço público. Temos que comprar coisas para construir moradias.

Em Socorro tem um monte de indústrias que estão lá desativadas. Por que a Prefeitura não compra um terreno daqueles e não constrói moradia? É uma necessidade que as pessoas têm para pessoas. Então existe como fazer. Agora depende dos Srs. Vereadores. Vocês têm grande importância para nós na defesa do povo de São Paulo. É por aí que tem que começar.

A minha maior reivindicação: que seja feito audiências públicas nos distritos da cidade de São Paulo ou até uma revisão nesses 96 distritos. Aumentaram muito, desde o primeiro Plano que foi colocado. É uma maneira de ouvir a população para que todos possam participar. Internet é importante. Sou privilegiado, moro há 50 anos em Socorro, sou privilegiado, temos Internet. Mas outras pessoas não têm como consulta Internet para dar sugestão. Simplesmente é a participação população popular. E participação popular é fazer audiência pública nos extremos Sul da cidade São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Moacir.

Convido agora o Sr. João, da Vila Rubi, Movimento de Moradia.

O SR. JOÃO – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, Srs. Vereadores e essa população linda que está aqui lutando junto conosco, que podemos chegar à vitória.

Sou João da Vila Rubi, do Movimento de Moradia junto com pessoal da frente por moradia da Chácara do Conde. Quero falar sobre habitação que é um problema muito sério hoje na Cidade de São Paulo. Estamos passando por grandes dificuldades. Hoje estamos com vários

terrenos, principalmente, aqui na Capela do Socorro que podem ser destinados às ZEIS, interesses sociais que podem ser modificadas, isso é real e tem que acontecer. Isso imediatamente.

Estamos aqui com um número de pessoas que estão sendo ameaçados em despejo, principalmente, aqui em Parelheiros. Nós temos nove reintegrações de posse que já estão tramitando, pode acontecer a qualquer hora. Agora, quero saber para onde esse pessoal vai, porque até agora só estão falando “vamos fazer a reintegração de posse, vai sair”, mas queremos saber para onde irá esse pessoal. Tem o direito da moradia digna, saneamento básico, mas queremos a moradia deles aqui onde eles residem, principalmente na Capela do Socorro, onde temos vários terrenos que serão destinados a leilão. Temos que pegar esses terrenos, que são terrenos grandes fazer moradia popular para atender esse pessoal da nossa região. A proposta é tirar o pessoal daqui e levar para a zona Leste, Norte ou então para o Centro da cidade. Não, gente! Nós precisamos que esse pessoal, que já convivi aqui há 40, 50 anos permaneçam aqui na nossa região. Para isso nós temos terrenos, espaços, o que precisa é a gente partir para cima e vocês que estão na Prefeitura, os Srs. Vereadores deveriam falar: “olha gente, esses terrenos são destinados para moradia popular, para atender à demanda de toda a população da Capela do Socorro”, para não sairmos daqui para outra região.

Por último, reforçando, nós somos esquecidos na habitação. Mas agora vamos para luta e vamos partir para cima porque agora tem projeto da Minha casa minha vida que vai beneficiar todas as pessoas de baixa renda de zero a três salários-mínimos com moradia digna, com moradia de qualidade porque todos nós somos brasileiros e precisamos da nossa moradia, da nossa casa que é a base e sustentação da nossa família. Era isso que queria falar. Vamos à luta para adquirirmos nosso bem patrimonial, que é nossa moradia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Sr. João.

Com a palavra o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Senhoras e senhores, por favor, estou usando o celular – ouvi aí uma crítica - para fazer as anotações que as pessoas estão falando. Está aqui quem quiser ver. Não estou sendo papel. Estou usando o celular para fazer as anotações, reclamações, solicitações, reivindicações. Apenas uma explicação, porque o pessoal está reclamando por eu estar usando o telefone, mas estou usando para isso, para anotar, está bom.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado pelo esclarecimento.

Convido o Sr. Otávio Alvarez, referente ao corredor Sabará.

O SR. OTÁVIO ALVAREZ – Bom dia, Vereadores.

Em nome de todos, eu agradeço a audiência, vim aqui defender um pouquinho o corredor Sabará. Diferente do que foi falado, nós não somos contra um corredor de ônibus. Em 2014, apresentamos um projeto, uma proposta que circula, faz a circulação das pessoas por outras vias, o que estamos de fato contra é a marcação de um corredor para que esse corredor faça... A nossa proposta é contra a demarcação daquele bairro, daquele miolo de bairro, como demarcado para especulação imobiliária. Nós não queremos que o bairro se desfigure. Aliás, ninguém quer, todo mundo mora no seu lugar e quer ficar no seu lugar.

Eu nasci na Pedreira, na década de 60, morei no Campo Grande, de 70 até hoje, e gosto do meu bairro, todo mundo gosta do bairro, a gente quer melhorias no bairro. Todos queremos. Queremos transporte para que passem as pessoas por nós e que também a gente vá. Então esse projeto, esse corredor para nós, é uma destruição social daquele conjunto. Então gostaria que a Câmara e os Vereadores colocassem um conceito, não só ambiental, mas um conceito socioambiental na determinação dos corredores, tanto desse, como da Belmira, como de outros. Que aí a vida das pessoas nesses lugares será mais bem atendida, não pensando só em construções, em moradias, mais moradias, mas na vida das pessoas, em como elas vivem e na casa que elas têm. Essa é a proposta que temos a colocar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Otávio, eu agradeço.

Convido agora o Sr. Marcelo Bittencourt, também do corredor Sabará.

O SR. MARCELO BITTENCOURT – Bom dia a todos da Mesa. Bom dia à população.

Eu venho hoje com o corredor Sabará, mas eu venho para conversar um pouco com o pessoal dos bairros adjacentes, que estão falando que serão beneficiados com esse corredor: Grajaú, Pedreira. O que acontece é o seguinte: gostaria de dizer para vocês que nós não somos contra o corredor, foi o que o Otávio falou aqui agora, nós somos a favor de corredor, nós somos a favor de que a cidade cresça e ordenadamente. Somos a favor de que seja um corredor que atenda o Grajaú, que atenda a Pedreira e que leve os trabalhadores aos seus empregos de forma rápida e eficiente.

A Sabará é uma via lenta, é uma via que tem mais de 29 semáforos e com o projeto que foi apresentado vão ter mais semáforos, então entendemos que não atende a população que está sendo destinada. Para isso, em 2014, apresentamos uma alternativa muito boa, os Vereadores todos votaram contra o corredor, foi o único corredor que foi retirado, porque realmente não atendia as necessidades da população adjacente. E agora voltou, engraçado, então estamos aqui para tentar tirar isso do Plano Diretor e acabar de vez com essa história.

A Sabará precisa de uma revitalização, a Sabará precisa de acesso a cadeirantes, a Sabará precisa, bom, que seja feita toda uma revitalização na Sabará para ser atendida a população que lá está e para ser atendida a população que vai lá para trabalhar, estamos falando em torno de 10 mil empregos que a Sabará gira. Muito pelo contrário, a Sabará não é um bairro de rico, é um bairro de trabalhadores que compraram suas casas ali. Hoje muitas vezes são aposentados com salário-mínimo, não conseguem às vezes reformar o seu imóvel porque as fábricas foram embora, então é todo mundo aposentado ali.

Estamos falando de um corredor que vai custar na ordem de quatro bilhões de reais para fazer um corredor que vai ter outro corredor na Miguel Yunes, que vai levar do mesmo ponto ao mesmo ponto. E aí a gente pergunta para quê? Será que são as construtoras? Não sei, mas estamos aqui tentando mostrar para a população dos bairros que não estamos contra vocês, estamos a favor de vocês, nós queremos que todos sejam atendidos, só que nós também, nós

também precisamos. Nossa população de idosos, eles nasceram ali e querem morrer ali no Campo Grande. Então, esse dinheiro é muito bem visto para muitas coisas, estou muito feliz por muitas coisas que foram ditas aqui porque está exatamente convergindo com que nós estamos falando.

Gostaríamos de conversar muito com vocês porque temos propostas muito boas, a gente consegue ajudar vocês, a nossa intenção é conversar com vocês e ajudar para caminharmos juntos e fazer um negócio legal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Marcelo.

Convido agora o Sr. Nilton de Oliveira, do Movimento Saúde.

O SR. NILTON DE OLIVEIRA – Bom dia, Vereador, Vereadores e Vereadoras. Quero saudar todos, cumprimentar os componentes da Mesa, saudar aqui as pessoas que estão participando dessa discussão.

Sou Nilton de Oliveira, sou professor da rede pública municipal, morador da Avenida Sabará. Eu vim nessa audiência porque eu olhei na agenda da Câmara e não vi Cidade Ademar, Pedreira e Santo Amaro, que é o lugar que eu moro, com uma audiência pública agendada ainda, então, pensei, não sei se vai ter ou não, acho que é muito ruim se não tiver uma audiência dessa na região de Santo Amaro e Subprefeitura de Cidade Ademar.

Enfim, estou aqui como morador e fico muito feliz de ter visto aqui hoje a Tata, brigadora para caramba lá de Parelheiros, gostei de te ver aqui, assim é que é bom, tem que cobrar, o Poder Público tem que ser cobrado e lembrado o tempo todo.

Pessoal, como morador eu queria dizer o seguinte, o colega Francisco Ceará, Ceará, eu sou um morador da Sabará e eu também uso ônibus, então, deixe-me só eu... o colega que já explicou melhor, como morador de lá eu acho que não tem ninguém contra o corredor Sabará. Quantas pessoas estão usando a camiseta “*Não ao corredor Sabará*” e estão dizendo o seguinte: não é necessário na Sabará. A Miguel Yunes é uma avenida com quatro faixas de rolamento para ir e para voltar, é possível fazer esse projeto sem desapropriar uma única casa. Ali na

Sabará vão ser desapropriados mais de 500 imóveis. Possivelmente feche outro tanto de comércio, vai criar desemprego e não tem realmente necessidade.

Eu participei de um seminário essa semana na Câmara, que o Vereador Eliseu Gabriel fez e, na segunda mesa que estava sendo presidida pelo Vereador Toninho Vespoli, ele disse que o setor imobiliário consegue conversar com os 55 Vereadores da Câmara, então nós aqui também temos que conseguir fazer.

Esperamos que os companheiros que estão aqui na Mesa hoje, os Vereadores, façam chegar até os 55 Vereadores essa proposta dos moradores, comerciantes e trabalhadores da Avenida Sabará. Eu acho que vocês perceberam, talvez, a gente tenha falhado em não trazer um documento por escrito para entregar para o relator Rodrigo Goulart, mas está em tempo, ainda estão começando as audiências e acho que precisa formalizar isso através de um documento, entregar na Câmara. Gostaríamos muito que a Câmara Municipal fosse uma ressonância daquilo que a sociedade quer, ouça, escute o que a sociedade está pedindo, está propondo. Ninguém é contra corredor de ônibus, nós somos contra o local que está sendo proposto e tem alternativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Nilton.

Convido agora o Sr. Tonhão, da Facesp, Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo.

O SR. TONHÃO – Bom dia a todos e a todas.

Saúdo a Mesa, os Vereadores, as entidades, os movimentos aqui presentes, o pessoal que vem acompanhando os seus Vereadores. Quero fazer uma saudação especial na figura da minha companheira, Tata, aqui do Maracá e todas as mulheres presentes.

Bom, companheiros, eu queria dizer aos Vereadores que a bola já chega quadrada para vocês. Por que chega quadrada? Porque o nível de participação popular no processo do Executivo foi muito insuficiente. Boa parte dessas audiências *on-line* e vocês vem a diferença, o que é você olhar olho no olho do povo que sente o problema lá no seu bairro e expressa aqui a

sua opinião, é diferente de um negócio *on-line*, que você vai lá, e que nem todo mundo consegue participar. Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão é que nós teremos que perguntar: se o PDE, que foi aprovado em 2014, conseguiu cumprir as suas metas? Ele conseguiu viabilizar moradia para todos que precisam? Ele conseguiu melhorar o transporte público, seja aqui na Belmira Marin, ou na M'Boi Mirim? Que é de onde eu venho. Conseguiu atender isso? Conseguiu viabilizar a questão ambiental com mais praças e parques? Conseguiu viabilizar esporte, lazer, cultura? Conseguiu fazer isso?

Pelo jeito acho que não, porque nós temos hoje 37 mil famílias morando em áreas de risco 3 e 4, nós temos mais de 40 mil pessoas morando nas ruas em São Paulo, então percebemos que não. Aqui se falou da Conta Solidariedade, apenas sete empreendimentos foram feitos baseados na Conta Solidariedade, que são os 10% para empreendimentos de até 20 mil metros quadrados, e aqui se propôs aumentar para 20%, de 10 para 20%.

Gente, a questão não é percentagem, a questão é que é um quantitativo muito grande, 20 mil metros, para atender à quota. Então, tem que se reduzir isso para 10, para 15 mil, para atender à quota de solidariedade.

Outra coisa é a questão do Fundurb. O Fundurb está sendo mudado hoje. Já passou pela CCJ - e aqui os Vereadores sabem disso - sem sequer ser discutido no plano diretor, por fora do plano diretor. Está mexendo aqui, tirando recursos do Fundurb, que é para urbanização e regularização, para tapar buraco, para tapar buraco. Não é essa a prioridade do Fundurb. É para transporte e habitação popular. E desse jeito que a coisa vai indo e com essas poucas audiências - que todo mundo aqui reclamou, vinte e poucas audiências - não vão atender à população. São Paulo vai ficar descoberta dessa participação democrática, que deveria haver.

Então, nós não queremos que o plano diretor vire um plano imobiliário, que só atenda às mudanças nos eixos que atendem às grandes construtoras e deixa o povo pobre sem moradia popular. Isso nós não aceitamos.

É isso aí. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra o Sr. João Moreirão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sr. Secretário e autoridades.

Eu sou do Conselho Municipal de Política Urbana. Por isso eu vim acompanhar, porque eu moro na zona Norte, vim acompanhar essa discussão. Eu gostaria de dizer o seguinte, um pouco diferente do que disse o Tonhão. Não houve discussão, participação social na fase da Prefeitura. É uma farsa. Até visualização, no YouTube, está sendo contado como participação. Essa é a realidade. Você vai lá, no YouTube, e não precisa nem de ver tudo. Basta ver um minutinho. Conta-se como participação. E o que nós temos, no projeto de lei que foi enviado para Câmara, é um projeto que a gente fica na dúvida, se foi feito pela Prefeitura ou pelas construtoras. Sabe por quê? Porque aquilo que já deu errado, que foi a política dos eixos, está sendo piorado. É o seguinte: Erramos, vamos aumentar o erro e, quem sabe, dá certo no final.

Eu quero perguntar para vocês aqui: “Alguém acredita que uma grande construtora, que faz um prédio com apartamentos de mais de cem metros quadrados, vai construir Habitação de Interesse Social para quem ganha de zero a três ou de três a seis salários mínimos ao lado?”

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – É isso que a Prefeitura botou no projeto. E vai acontecer? Não aconteceu desde 2014 para cá e vai continuar a não acontecendo. Esse é o problema, e está autorizando a aumentar o gabarito, a fazer mais. Já para não falar do grave problema ambiental de insustentabilidade, que está criando na cidade.

E quando há alagamento em Moema, dizem: “Morreu uma senhora infelizmente.” Só que é bom lembrar que, no mesmo dia, nas periferias, morreram mais sete e não saiu ninguém no jornal. Essa é a questão. (Palmas)

Então, o que acontece de ruim, no Centro da cidade, é mil vezes pior na periferia, porque nós temos periferia em toda volta da cidade. Vocês têm aqui e eu tenho lá na zona Norte. Essa é a realidade. O que nós temos é um projeto que deve ser jogado no lixo. Não deve servir

de base para a Câmara, porque realmente é um projeto que eu espero que tenho sido escrito pelas construtoras, porque, se foi pela Prefeitura, é pior ainda. É mais grave ainda o erro. (Palmas)

É um projeto que só atende à especulação imobiliária. Essa é a realidade. E vocês vejam: Nós temos tendo muito poucas audiências. Aliás, é bom que se diga: “Tirando algumas, no sábado, seis, a previsão é que as outras, as sete, sejam às cinco da tarde na Câmara Municipal. É só para desempregado e aposentado”.

Então, a questão é a seguinte. Para concluir, há poucas audiências, mas o que eu queria dizer já foi citado aqui. Antes de as audiências começarem, a Câmara já deu uma facada na sociedade: Pegou dinheiro destinado à habitação social, à mobilidade e à regularização fundiária e deu para fazer recapeamento, sendo que nós temos uma Prefeitura com o maior orçamento. O próprio Prefeito fala isso, cheio de dinheiro.

Então, era isso que eu gostaria de falar.

Obrigado, (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. João.

Tem a palavra o Sr. Odenil Gonçalves Leonel, da entidade FNL.

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONEL – Bom dia a todos.

- Todos respondem, em coro: “Bom dia.”

O SR. ODENIL GONÇALVES LEONEL – Cumprimento a Mesa e cumprimento os lutadores que estão aqui nesse sábado, em busca de um plano diretor que satisfaça a demanda da periferia.

Pessoal, não vou me estender muito. Vou ser bem direto no que tenho a dizer. Vou acompanhar a fala do companheiro que saiu daqui. Eu venho acompanhando um pouco, à distância, outros companheiros da Frente Nacional. Eu venho acompanhando mais próximo a questão do plano diretor, mas, na breve leitura que eu vi, pode jogar no lixo mesmo. Não dá para nós, enquanto trabalhadores, continuarmos fomentando a indústria da especulação imobiliária.

Outro ponto que há de se discutir também é que nós temos que ter um entendimento. Nada impede que haja moradia social em consenso com o meio ambiente. Se há, como diz um companheiro que passou aqui - não sei se é companheiro ou não é - só há tantos loteamentos clandestinos, na região do extremo Sul, é porque as áreas que já foram degradadas não estão tendo a devida atenção para um projeto que venha atender ao meio ambiente. A FNL vai entregar, nessa semana, um projeto em consenso com o meio ambiente. A gente vai mostrar que é possível sim fazer moradia social. (Palmas)

Outro ponto a deixar bem claro a todos que estão presentes é que a FNL vem fazendo algumas ocupações, no extremo Sul, e justamente essas ocupações acontecem por ineficiência do Poder Público, que hoje têm, em torno de sete mil famílias em situação de despejos em diversas comunidades aqui no extremo Sul. E, como não há destinação a essas famílias, as ocupações irão continuar. (Palmas)

Outro ponto a deixar claro é que, antes de criticarem as ocupações de movimentos sociais, têm que entender o que já foi discutido, no passado, que é o estatuto das cidades. Imóvel que não cumpre a sua função social tem que ser destinado à moradia social. Tem que estar bem claro isso no plano diretor. (Palmas)

Deixo outra coisa bem clara: Enquanto a FNL estiver, no Estado de São Paulo e enquanto houver um cidadão, um trabalhador, uma trabalhadora sem moradia, nós iremos sim tensionar o Estado e reforçar a luta... (Palmas)

Porque não é possível que, em pleno século XXI, tantas famílias estejam sendo jogadas na rua. (Palmas)

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Odenil.

Tem a palavra a Sra. Joana Rocha dos Santos, da Associação Comunitária Jacupiranga.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JOANA ROCHA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa.

Meu nome é Joana. Sou representante da Associação Comunitária Sucupira, mas vou estar passando a palavra para o meu filho, Gilmar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. GILMAR – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Bom dia a todos e bom dia à Mesa.

Senhores, eu tive um compromisso e tive que chegar um pouco tarde, mas houve algumas pautas aí colocadas referente à Bola Branca. A Bola Branca, senhores, é uma avenida por onde passam carros e pedestres. Se houver chuva, se a Bola Branca for alagada, se a pessoa desviar o carro ou se o pedestre não decidir passar, está livre, está salvo. Então, hoje eu venho aqui para tirar esse rótulo da Bola Branca, porque, na verdade, o que está sendo atingido é a Comunidade Sucupira. Nós estamos tendo grandes perdas e grandes riscos de vida.

Então, foi colocado, na Mesa, aqui uma pauta chamada Bola Branca. Tivemos a reunião da CPM, na subprefeitura da Capela do Socorro, na quarta-feira, e colocamos essa pauta junto com o Subprefeito, que está presente, sobre isso, sobre a questão desse rótulo que se colocou, chamado Bola Branca.

Pessoal, não é a Bola Branca que alaga, é a Comunidade Sucupira que alaga. É o meu povo que está sofrendo, é o meu povo que está em risco. Certo? Hoje se houver uma chuva forte, hoje meu povo vai ligar para mim pedindo socorro. E a Defesa Civil vai chegar até a Bola Branca, para mobilizar, junto com a CET, movimento de carros, peruas e ônibus. E o meu povo?

Então, o que eu peço para vocês hoje, todos presentes, nessa audiência pública, é: “Tire esse rótulo da Bola Branca e se lembre do meu povo, da minha gente, que está sofrendo e está perdendo seus bens, sua casa e sofrendo risco de vida”. E peço mais: “Nós tivemos aí, no orçamento cidadão, algumas propostas, onde eu tinha colocado a minha comunidade, para a gente fazer uma canalização de córrego ou até mesmo um trabalho de drenagem, porque lá temos um grande problema. Temos os Vereadores que é, de seu cotidiano, vencer nessas comunidades, que vou falar agora, nós...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, o tempo está esgotado.

O SR. ODEMIL GONÇALVES LEONEL – Desculpa. Então é isso pessoal. Vereadores presentes, peço com urgência, Subprefeito, com urgência, que vocês atendam a minha comunidade. Meu povo está em risco de vida e de morte. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Convido agora Sadi Neme. Muito obrigado, Sr. Sadi.

O SR. SADI NEME – Meu nome é Sadi, bom dia a todos. A dúvida é a seguinte: em 2014, foi falado que...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Sadi, se puder aproximar um pouco mais o microfone. Só aproximar, obrigado.

O SR. SADI NEME – A respeito do Corredor Sabará, em 2014 foi falado que seria na Miguel Yunes, porque era mais próximo da linha de trem, aquela conversa toda, e nada aconteceu. Agora volta isso aí. A pergunta é a seguinte: 4 bilhões para fazer o Corredor Sabará. Com tantos terrenos para serem regularizados, postos de saúde, UPAs, será que Sabará, precisa mexer nisso? Eu pergunto: será? Eu gostaria de saber.

Uma avenida que está pronta, está arrumada, está em ordem, tem de fazer um corredor? Tem. Mas acho que tem outras prioridades. E 4 bilhões é dinheiro que dá para fazer muita coisa com a periferia.

- Manifestação do público.

O SR. SADI NEME – Habitação, posto de saúde, UPA. Tanta coisa foi falada aqui, tanta coisa...

- Manifestação do público.

O SR. SADI NEME – Com certeza, é especulação imobiliária, porque, na Sabará, não tem o que... (Pausa) Tem problema de enchente na Sabará? Não? Tem posto de saúde na Sabará? Tem banco, tem farmácia, tem escola, tem transporte. Vai fazer mais o quê?

E essa população, esse pessoal que pediu aqui, estão falando de regularização de imóveis, é tão difícil fazer isso? Gasta-se tanto para fazer isso? Agora, adianta ter Corredor? O

que vai acontecer? Vai fazer o Corredor, vai fazer, aí vai aparecer prédios e tal, e a periferia vai continuar com os mesmos problemas. Gente, é isso aí que eu queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Sadi.

Convido agora o Engenheiro Cabral, Subprefeitura de Santo Amaro.

O SR. ENGENHEIRO CABRAL – Bom dia a todos.

Sou Engenheiro Cabral, da Subprefeitura de Santo Amaro, e até seis meses atrás era Coordenador do Uso de Solo, aqui na Capela do Socorro.

Vereadores, pessoal da Mesa, os senhores viram, hoje, o quanto é importante ter audiência pública, para qualquer coisa. Para qualquer coisa! As demandas que vieram aqui não têm nada a ver com o PDE. Literalmente, todos os pedidos não têm nada a ver com a lei que está em discussão. Nada! Literalmente, nada.

Só que as demandas estão aí. Por quê? Porque não tem isso, entendeu? É só para lembrar o assunto, não tem nada a ver com o PDE, com o que eu tenho de falar agora.

Com relação ao PDE, o que tenho de falar, e eu já tinha comentado com a Dra. Patrícia, lá na Sempla, é sobre as ZEISs - 1. As ZEISs -1, no PDE, ao contrário que a Dra. Patrícia comentou, como resposta na última audiência pública que fizemos no Cultura Francesa, às ZEISs -1 é zoneamento, sim, mas o que se refere às ZEISs -1 é a quantidade que pode ser permitida para construção de edificação na ZEIS.

Um terreno na ZEIS, que é 40% da área da Capela do Socorro; 40% da área de toda a periferia de São Paulo - lembrando que em São Paulo temos duas cidades, uma do lado do rio para lá e outra do lado do rio para cá, e é assim tanto para o Pinheiros, como para o Tietê, como o Aricanduva, como o Ipiranga, são duas cidades diferentes - e onde está o emprego? O emprego está na Cidade, do outro lado do rio. Não tem emprego aqui na periferia.

Então, como não tem emprego na periferia, o que todo mundo precisa fazer? Precisa tomar ônibus, pegar transporte público, para ir do outro lado do rio. O que é necessário, no meu entender, preparar para que possamos melhorar essa situação? Trazer o emprego para o lado

de cá. E como trazemos o emprego para o lado de cá? Fazendo com que o empresário consiga, literalmente, construir direito, aprovado corretamente.

Todas as nossas construções, na nossa região, daqui da Subprefeitura para trás, praticamente é tudo clandestino, porque não dá para fazer. De acordo com a lei em vigor, não dá para fazer.

Então minha proposta é: alterar o Coeficiente de Aprovação para uso não residencial. Não tem nada a ver com o zoneamento. Tem a ver com a ZEIS em si. Hoje, é permitido 20%. Se você tem um terreno de mil metros quadrados, pode construir 80% de moradia, de habitação social. Se o empresário quiser construir nesse terreno de mil metros quadrados, ele só vai poder construir 200 metros quadrados. Nos outros 800, ele tem de fazer Habitação de Interesse Social.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, engenheiro, por gentileza.

O SR. ENGENHEIRO CABRAL – Então, a minha proposta é que se altere os coeficientes na ZEIS-1, que estão previstos na PDE.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Engenheiro Cabral.

Convido a Sra. Nely Oliveira, Associação Jaguabi, do Jardim Guanhembu.

A SRA. NELY OLIVEIRA – Sou Nely Oliveira, Jardim Guanhembu. Saúdo a Mesa.

Quero parabenizar a Mesa, que está completa, porque, em 2015 - 2016, aconteceu uma audiência aqui, antes de finalizar a audiência, a Mesa já estava praticamente vazia, porque os nossos queridos Vereadores já tinham, alguns, ido embora.

Quero ainda agradecer a participação de todos. Essa participação é muito importante, pena que também já está se esvaziando.

Sou militante da saúde também, e quero deixar registrado - e até já foi falado muito sobre as UBSs - a questão da implantação das UBSs que, na gestão anterior, do nosso querido Cláudio, que, lembrando que foi acordado junto com o Santiago e também com a Saúde, quando se descobriu terrenos da Prefeitura para implantação das UBS, lembrando que Castro Alves tem

superlotação e continua sofrendo com esse problema. Quem mais sofre, portanto, são nossos usuários e a comunidade.

Além disso, é necessário fiscalizar a ASF - a terceirização da saúde - na região. Por quê? Porque tem UBS, mas não tem estrutura. A UBS Orion Guanhembu, por exemplo - vou dar só um exemplo - essa semana, um ônibus parou ali, próximo, e depositou. Eu falo isso mesmo, depositou. Um paciente de quase 140 kg e o atendimento dele foi no chão, porque a maca não comportava o peso desse paciente.

Daí, chegou a Globo, chegou a ASF, e começaram a pontuar até os riscos na parede, a cadeirinha sem rodinha, sendo que a ASF - a Saúde da Família, poderia ter feito isso em tempo hábil lá atrás, não agora.

Então a UBS Orion Guanhembu, por exemplo, não tem estrutura, na escada ali, já caiu idoso, foi socorrido pelo SAMU. Não tem estrutura.

E o dinheiro, nós sabemos, tem um plano anual, que vem para poder ser usado na Saúde. Por que não usa de forma adequada, com qualidade. Nós precisamos que os Vereadores, o Subprefeito, verifiquem esse acordo que foi feito com a Prefeitura sobre as novas UBSs.

A questão da dependência química que o Cleber falou aqui é uma realidade. A saúde mental também, aqui na região, em todos os locais, em toda São Paulo. A pandemia trouxe isso, vou falar rapidinho. Precisamos investir nas praças públicas, no esporte, principalmente perto do CAPS e perto das UBSs. O esgotamento, uma realidade, não adianta tirar, desapropriar, porque não tem esgotamento para fazer o esgotamento. Tem como fazer isso antes, tem como fazer durante, sem precisar prejudicar cem por cento a moradia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Nely, por gentileza.

A SRA. NELY OLIVEIRA – Para concluir, a ponte Graúna precisa de uma audiência pública, não tem comunicação com a população, não sabemos onde vai terminar. Para conseguir uma conversa é difícil. Tem três anos a última conversa com a comunidade.

Pena que não dá tempo de falar muito. E outra coisa, só consegui o direito de falar, por que? Porque assessores de Vereadores ocuparam o lugar da comunidade falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Nely.

Agradeço a participação de todos, mas gostaria de agradecer especialmente à gestora do CEU Vila Rubi, Patrícia Pinheiro Leite; ao chefe da equipe técnica educacional Sra. Rosângela; à equipe de som do CEU Vila Rubi, à equipe da TV Câmara, à equipe da nossa Comissão de Política Urbana, que conseguiu a realização do evento.

Quero agradecer também a todos os Vereadores presentes, aos representantes do Poder Executivo, aos Secretários e Subprefeitos.

Gostaria de informar a todos que todas as demandas trazidas hoje foram anotadas por todos os Vereadores da Mesa, especialmente pelo Relator Rodrigo Goulart. Essas demandas serão respondidas e atendidas dentro da possibilidade, dentro do Plano Diretor; todos tomaram nota.

Eu disse no início, mas é importante frisar: nosso grande objetivo nessas audiências é justamente ouvir a população.

Quero reiterar ainda que serão ao todo 48 audiências públicas realizadas, externas e internas, na Câmara de São Paulo. Serão audiências zonais - onde buscaremos ouvir a população, audiências gerais com técnicos e membros da população e da Câmara Municipal de São Paulo, e também audiências técnicas dentro da Câmara, para que possamos desenvolver a melhor revisão possível do Plano Diretor.

Agradeço mais uma vez a cada um de vocês pela disponibilidade, pelo tempo, por terem se locomovido para estarem conosco.

Desejo a todos um ótimo final de semana e, mais uma vez, muito obrigado. (Palmas).